



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Gabriella Piucco Teles

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES À PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis
2020

Gabriella Piucco Teles

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES À PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Márcia Lohmeyer Fuchs

Florianópolis

2020

Gabriella Piucco Teles

**A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES À
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, 17 de dezembro de 2020.



Documento assinado digitalmente
Rubia dos Santos
Data: 17/12/2020 17:19:48-0300
CPF: 001.252.199-03

Profa. Dra. Rubia dos Santos Ronzoni
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
Andrea Marcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Data: 17/12/2020 17:08:58-0300
CPF: 659.378.059-68

Profa. Dra. Andréa Márcia Lohmeyer Fuchs
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Assistente Social Antônia Demétrio



Documento assinado digitalmente
Mariana Pfeifer Machado
Data: 17/12/2020 18:20:00-0300
CPF: 004.655.749-04

Profa. Dra. Mariana Pfeifer Machado
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o autor da minha existência, pela dádiva da vida e por ter me sustentado até aqui.

Minha gratidão eterna aos meus pais, Nívia e Antônio, que são meus maiores motivadores e também meus maiores motivos de persistir e chegar ao fim desse ciclo. Muito obrigada pelo apoio tanto emocional quanto financeiro para que realizássemos este sonho. É tudo por vocês!

Agradeço a minha família por sempre acreditar em mim e meu potencial, por estarem ao meu lado. O meu muito obrigada aos meus nonos, tios e primos. Um agradecimento especial as minhas tias Angelita e Denize, que sempre foram como mães para mim, sou grata por tudo e o que sou hoje, também devo a vocês.

Obrigado aos meus amigos, que me apoiaram e incentivaram a chegar ao fim dessa jornada. Em especial, ao Israel, pessoa muito importante em minha vida que nunca deixou de acreditar, inclusive nos momentos em que nem eu mesma acreditava.

Aos colegas do setor social da Penitenciária, minha gratidão pelas tardes que passamos juntos e por todas as experiências vivenciadas. Vocês são incríveis!

Não poderia deixar de agradecer especialmente duas pessoas que foram essenciais em meu período de estágio: Rosane e Andreia. Rosane, és um exemplo de pessoa e profissional para mim, não poderia ter realizado meu estágio em um lugar melhor e com uma melhor supervisão. Obrigada por todo aprendizado e por não medir esforços para contribuir que esse trabalho fosse concluído. Andreia, outra grande profissional e um exemplo pra mim, obrigada por todas as conversas, toda as tardes e todo carinho que sempre me tratou. A vocês duas só posso dizer que “só agradece”.

Também agradeço as minhas colegas de curso que se tornaram grandes amigas: Lara, Ana Paula, Gabriela e Nayara. A amizade de vocês foi essencial neste período e foi um prazer para mim que exatamente cada uma de vocês se fizesse presente em minha vida nesse período. Sempre estarão em meu coração e encontrarão em mim sempre uma amiga.

À minha orientadora, Andrea Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, meu mais sincero agradecimento por topar estar ao meu lado nessa jornada. Obrigada por

toda dedicação, por todas as palavras de apoio e também as broncas. Muito obrigada por me conduzir e me fazer chegar ao fim desse ciclo.

Por fim, gostaria de agradecer a Professora Mariana Pfeifer e a assistente social Antônia Demétrio, por aceitar compor a banca e participar deste momento único e tão importante em minha vida. Também agradeço a Professora Eliete Vaz por aceitar como suplente.

RESUMO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar a produção de conhecimento do Serviço Social no contexto do processo de formação profissional de Serviço Social, a partir da experiência de estágio no espaço sócio-ocupacional da Penitenciária Estadual de Santa Catarina, nas últimas duas décadas. Para atingir esse objetivo discorreu-se primeiramente uma discussão acerca do encarceramento e também sobre o histórico da profissão e as três dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) eixos centrais do exercício profissional. No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, do total de 21 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) identificados selecionamos seis TCCs que versavam sobre exercício profissional. De acordo com os principais resultados obtidos pode-se perceber que de maneira geral as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa foram abordadas nos TCCs, contudo com qualidade formal e qualidade política diferenciadas em relação aos estudantes em estágio pelo Ensino à Distância privado e os/as estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Ressalta-se a importância de um ensino público e de qualidade oferecido pelas Instituições públicas de ensino superior a despeito da tentativa exaustiva de atacar a educação pública tornando-a mercadoria. A formação crítica e de qualidade é condição *sine qua non* para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional. Produção de conhecimento. Serviço Social. Penitenciária.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------------|---|-----------|
| QUADRO 1 | A produção de conhecimento entre 1999-2020..... | 35 |
| QUADRO 2 | TCCS selecionados que abordam o exercício profissional..... | 36 |
| QUADRO 3 | Principais discussões teóricas presentes..... | 41 |
| QUADRO 4 | Principais autores do Serviço Social..... | 42 |
| QUADRO 5 | Autores de acordo com abordagem de discussão..... | 42 |
| QUADRO 6 | Princípios fundamentais do Código de Ética Profissional..... | 45 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CEAS– Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CI- Comunicação Interna

DEAP – Departamento de Administração Prisional

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

IES – Instituição de Ensino Superior

LEP – Lei de Execuções Penais

MEC – Ministério da Educação

TCC– Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 ENCARCERAMENTO: CONCEITOS, HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO | 15 |
| 2.1 CONCEITOS E HISTÓRIA DA PRISÃO | 15 |
| 2.2 SISTEMA PRISIONAL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... | 19 |
| 3 SERVIÇO SOCIAL:HISTÓRIA, FUNDAMENTOS, EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL..... | 22 |
| 3.1 EXERCICIO PROFISSIONAL E AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL..... | 26 |
| 3.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO..... | 30 |
| 4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 33 |
| 4.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA..... | 33 |
| 4.2 RESGATE HISTÓRICO DO CAMPO DE PESQUISA | 36 |
| 4.3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 40 |
| 4.3.1 A dimensão teórico-metodológica na produção acadêmica..... | 41 |
| 4.3.2 A dimensão ético-política na produção acadêmica..... | 44 |
| 4.3.3 A dimensão técnico-operativa na produção acadêmica..... | 49 |
| 4.4 DISCUSSÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 54 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 58 |
| REFERÊNCIAS..... | 61 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco principal analisar a produção acadêmica do Serviço Social desenvolvida pelos estudantes que realizaram estágio curricular obrigatório no Serviço Social da Penitenciária Estadual de Santa Catarina, localizada no município de Florianópolis.

Durante o período de estágio curricular obrigatório entre 2017 e 2018 foi possível a aproximação ao campo da prática do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, permitindo conhecer a realidade, o público alvo, bem como das expressões da questão social trazidas na singularidade das demandas dos presos postas no cotidiano do trabalho do assistente social; demandas essas que chegavam ao Serviço Social por meio de memorandos internos escritos pelos presos ou por colegas de cela, caso o preso não soubesse escrever.

O interesse pela temática surgiu em razão da situação pandêmica que afetou as instituições, as pessoas e o mundo social como um todo. Nosso objeto de estudo se referia, anteriormente à crise pandêmica, a análise das demandas que chegaram ao Serviço Social por meio dos memorandos. Contudo, no período previsto pela coleta de dados, a instituição proibiu o acesso de pessoas externas à Penitenciária; como já tínhamos concluído o estágio ficou impossível a realização deste estudo. Na reconfiguração do que fazer, considerando que o interesse permanecia no campo do fazer técnico-profissional do assistente social, redefinimos para a análise da produção acadêmico científica dos estagiários/as que passaram nos últimos 20 anos pela Penitenciária Estadual, com ênfase para os trabalhos de conclusão de curso (TCC) de estudantes do Serviço Social e que abordaram em suas temáticas assuntos relativos à temática da Penitenciária.

A experiência como estudante na prática de estágio curricular (BRASIL, 2008), buscou desenvolver habilidades e qualificação técnica para apreender a realidade social, propor uma intervenção que respondesse às expressões da questão social materializadas pelas demandas e necessidades dos sujeitos que integram aquela instituição, sempre tendo as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas como fundamentos das ações técnico-operativas oferecidas como respostas concretas pelo serviço social; e é a partir dessas três dimensões que será realizada a análise da produção acadêmica considerando os TCCs.

O Serviço Social como profissão historicamente instituída na década de 1930,

é uma profissão interventiva no âmbito na questão social e, portanto, as instituições que materializam os efeitos da questão social, são espaços onde o Serviço Social deve atuar. Por isso, nas instituições prisionais há a necessidade e exigência da atuação de um assistente social.

Na qualidade de atividade profissional, o Serviço Social se inseriu no sistema prisional na década de 1950, por meio da Lei nº 1651/1951, que regulamentou o trabalho e definiu as atribuições dos assistentes sociais no sistema prisional. Desde esse período, já havia o entendimento sobre a necessidade do acompanhamento ao preso até sua liberdade, tornando esse um processo do trabalho do Serviço Social. Juntamente com os profissionais de Direito e Psicologia, o Serviço Social foi uma das profissões pioneiras no atendimento pessoal com os presos, adentrando o interior das prisões.

Podemos dizer que o fenômeno do encarceramento se apresenta na sua complexidade como uma expressão da questão social, sendo esta entendida como “expressões das desigualdades sociais, engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

De acordo com o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no Brasil, em dezembro do ano de 2019, o quantitativo de pessoas presas era de 748.009. Ainda segundo o mesmo relatório, o crescimento é considerável levando em conta que no ano de 2000, o quantitativo era de 232.755 pessoas privadas de liberdade. No ano de 2010, esse número saltou para 496.251, chegando assim aos dados mais recentes, acima mencionado. É possível numa análise rápida observar que a cada 10 anos, o número de pessoas presas no Brasil quase dobra, e a tendência, é que esse número tenha um crescimento maior a cada ano¹(BRASIL, 2019).

Segundo o Relatório Analítico do Sistema Prisional em Santa Catarina (BRASIL, 2019b), disponibilizado pelo DEPEN, informa que há 52 estabelecimentos prisionais, divididos em masculinos, femininos e mistos. Dentre esses estabelecimentos, 87% possuem consultório médico, 69% possuem consultório odontológico, 90% possuem salas de aula que resultam em 1948 vagas por turno

¹ A Emenda Constitucional 95/2016, que institui um novo regime fiscal no Brasil que estipula um teto para os gastos, especialmente em políticas sociais por um período de 20 anos. Configura-se a impossibilidade do desenvolvimento econômico, pois o mesmo não existe sem o acesso das políticas públicas à população. Essa emenda constitucional contribui para essa inversão do estado social para o estado penal, com consequências reais no crescimento da população carcerária.

para estudo. Nesse sentido, o contexto atual do encarceramento no Brasil desafia e exige cada vez mais a inserção e atuação de um profissional em Serviço Social, no sentido de acompanhar e procurar auxiliar na garantia da efetivação dos direitos a esses usuários.

A Assistência Social no Sistema Prisional é um direito garantido aos detentos pela Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP). De acordo com a mesma, o profissional em Serviço Social tem como atribuição “amparar o detento e prepará-lo para o retorno à sociedade” (BRASIL, 1984, art. 22, p. 3).

Por sua vez, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), também apresenta parâmetros sobre a atuação dos assistentes sociais no sistema prisional. Em sua publicação “Atuação de Assistentes Sociais no Sócio Jurídico: subsídios para reflexão”, o CFESS entende como competência do profissional em Serviço Social dentro desse campo de atuação: avaliação social para fins judiciais e/ou processos avaliativos institucionais, acompanhamento e orientação, apoio no meio externo (articulação em rede), planejamento, questões voltadas a saúde do detento, além de gestão institucional e recursos humanos (CFESS, 2014).

O Assistente Social dentro do sistema prisional atua em uma conjuntura contraditória, pois, ao mesmo tempo que o cumprimento de penas tem como objetivo punir também tem de prepará-lo para a sua liberdade. Por este motivo, é necessário atuar para garantir os direitos de forma ampliada (CFESS, 2014).

Contudo, para Iamamoto (2001), o assistente social não depende apenas de si para colocar em ação seu projeto profissional. Na prática, o profissional depende das condições reais de seus usuários/as, da sociedade e de outros profissionais envolvidos nessa área, ou seja, da realidade do sistema penitenciário e social, das políticas públicas que necessitam dialogar com o sistema prisional. É importante salientar que o profissional não age sozinho, tão pouco somente a partir de suas vontades, mas submetido a uma hierarquia que, às vezes, tende a limitar a autonomia profissional.

Por sua vez, o projeto ético-político do Serviço Social se fundamenta em três importantes marcos normativos e regulatórios: Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/1993, de 7 de junho de 1993), Código de Ética do Assistente Social (Resolução 273/1993, do CFESS, de 13 de março de 1993) e Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS de 1996 que sinalizou a “formação do perfil profissional com

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade (ABEPSS, 2020, s/p).

Nesse sentido, o escopo central deste trabalho visa analisar a produção de conhecimento do Serviço Social no contexto do processo formativo do estudante de Serviço Social, a partir da experiência de estágio no espaço sócio-ocupacional da Penitenciária Estadual de Santa Catarina, nas duas últimas décadas

Para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos últimos 20 anos, considerando o período inicial de estagiárias/os na Penitenciária. A base de estudo adotada será a metodologia de abordagem qualitativa, que segundo Chizzotti (1991, p. 79), “O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador, é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (CHIZZOTTI, 1991, p. 79).

Em relação coleta de dados foram analisados 21 Trabalhos de Conclusão de Curso entre os anos de 1999 a 2020, de estagiários que recebiam formação acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina, pública e com ensino presencial; e as Universidades Anhanguera e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), privadas e com ensino à distância (EaD). Quanto à análise da produção acadêmica, defendida pelas respectivas Universidades, foi realizada a partir da categorização considerando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas identificadas a partir da elaboração do conteúdo dos TCCs.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se divide, além da introdução e considerações finais, da seguinte forma: no segundo capítulo há uma breve discussão conceitual, normativa e sócio-histórica sobre o encarceramento, trazendo os conceitos de pensadores clássicos como Foucault, Goffmann e Wacquant, além de traçar o aparato jurídico que rege as prisões no Brasil e em Santa Catarina.

No terceiro capítulo discutimos a história do Serviço Social e seus fundamentos, além de discutir as três dimensões que norteiam o exercício profissional (teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa) e as relações entre a produção de conhecimento do Serviço Social e formação profissional. No último capítulo apresentamos os resultados da análise da produção de

conhecimento do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis, no contexto da formação profissional.

Entendemos que essa primeira aproximação exploratória a produção acadêmica trará luz ao debate sobre a formação profissional e a importância de fortalecimento do projeto ético-político frente aos desafios de desidratação contínua dos direitos sociais no Brasil, em especial à população encarcerada. Nesse sentido, o Serviço Social tem uma importante contribuição na defesa e garantia dos direitos por meio de sua atuação técnica, ética e política, com base no Código de Ética Profissional, pela igualdade e a garantia de direitos a todos os cidadãos, independente dos atos cometidos. Essa formação dos futuros profissionais reafirmada em instituições públicas, gratuitas e de qualidade assegurando o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

2 ENCARCERAMENTO: CONCEITOS, HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

Em nossa sociedade, quando se adentra em uma discussão sobre o Sistema Prisional, podemos perceber a tamanha polêmica e as diversas opiniões acerca desse tema. Tudo isso acontece por se tratar de pessoas que estão privadas de liberdade devido à prática de ações que infringiram a lei. A temática divide opiniões acerca de como deveriam ser tratadas essas pessoas, as condições que devem enfrentar durante o período de cárcere e cumprimento da pena e algumas opiniões se referem inclusive na idéia de mudanças no sistema de penas atual no nosso país, com objetivo de incluir a pena de morte entre as penas aplicadas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FORUM BRASILEIRO..., 2015, p. 7), revela que 50% dos brasileiros que vivem em grandes cidades concordam com a frase: “Bandido bom é bandido morto”. Ou seja, o imaginário popular tem uma visão distorcida e pejorativa da população encarcerada.

O estigma da prisão é muito anterior e vem muito antes da realidade que vivemos atualmente. Assim neste capítulo, faremos uma breve discussão histórica, a partir de autores clássicos que discutem o tema de prisões e instituições totais entre eles Michael Foucault (1926-1984), Erving Goffman (1922-1982) e Loïc Wacquant, e conceitos chaves sobre o encarceramento, além da legislação que rege o sistema prisional hoje no Brasil e o crescimento desses ambientes no nosso país.

2.1 CONCEITOS E HISTÓRIA DA PRISÃO

A história do surgimento da prisão enquanto instituição se desenrola juntamente com o desenvolvimento da sociedade. Nas origens da punição, como forma de resposta ao descumprimento de regras no espaço social, os corpos dos indivíduos eram os alvos dessa resposta sendo possível de chegar à morte. Consistiam em castigos cruéis e violentos, executados em público para servir como exemplo, visando dessa forma, gerar o medo na população para que assim, não cometessem delitos (FOUCAULT, 1987).

Finalmente foi esquartejado [relata a Gazette d'Amsterdam].² Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas...(FOUCAULT, 1987, p. 8).

Entretanto, com o passar do tempo a punição passou a se tornar generalizada, e a população começou a revoltar-se contra os castigos que eram extremamente severos. Aos olhos do povo, o suplício era intolerável, pois a partir dele se revelava a tirania, egoísmo, ânsia pela vingança e a crueldade dos executores das penas, caracterizando esse sistema de punição como degradante ao ser humano. Nesse sentido, Foucault afirma que, “essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: “sua humanidade”” (FOUCAULT, 1987, p. 95).

O afrouxamento da severidade penal não consiste necessariamente na percepção de que a pena seria mais branda ou que não haveria sofrimento por conta de o castigo não ser executado no corpo do indivíduo. O que de fato é caracterizado nesse afrouxamento, não é uma pena realmente mais humana, mas sim, a troca do objeto de punição. O corpo deixaria de ser esse objeto, e o que seria castigado seria a alma do indivíduo, onde a pena seja estendida até a mente, vontades e hábitos do mesmo. Por esse ângulo, “a conjuntura que viu nascer a reforma não é, portanto a de uma nova sensibilidade, mas a de outra política em relação as ilegalidades” (FOUCAULT, 1987, p. 102).

Nesse contexto, surge para esse fim a prisão, entretanto, Foucault afirma que

Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e centraliza (FOUCAULT, 1987, p. 195).

A prisão, então, consiste para Foucault como um ambiente fechado sob vigilância que é destinado a parcela da sociedade que não possuía o comportamento esperado pelo restante da população. A reclusão visa formar sujeitos obedientes, aperfeiçoados e reeducados para possuírem a conduta que se espera dos mesmos. O autor afirma que a prisão é,

(...) um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 222).

Nesse sentido, podemos observar a prisão como uma instituição que pratica ações de ordem e controle sobre aqueles que estão sob seus poderes. Esse padrão de práticas desmonta a ideia de ressocialização e de humanização, pois se vê a degradação do ser humano como indivíduo, nos remetendo ao início das penas que tinham como objetivo, da mesma maneira, o controle sobre os corpos por meio de seu disciplinamento, ou seja, uma forma de ortopedia social dos corpos infratores.

A prisão também exerce uma dominação na vida dos indivíduos inseridos nela, no momento em que retira a pessoa e a deixa reclusa, determinando seus hábitos, horários e comportamento, entretanto, esse controle demonstra-se, na maioria das vezes, juntamente com a correção e repreensão, o que se opõem a ideia de humanização. Nessa mesma perspectiva, Goffman caracteriza a prisão como uma instituição total, para ele todas as instituições tem a tendência de um isolamento do indivíduo, entretanto, algumas são mais fechadas do que outras. No caso das instituições mais fechadas entram as instituições totais, que são definidas “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974, p.11).

Segundo Goffman essas instituições podem ser classificadas em cinco grupos. O *primeiro grupo* são as instituições destinadas ao cuidado de pessoas que à visão da sociedade são indefesas, esses são os casos de casas para idosos, órfãos, entre outros. O *segundo grupo* é caracterizado por locais destinados a indivíduos que não possuem capacidade de cuidar de si próprios e são de certa forma, uma ameaça a sociedade mesmo de maneira não intencional, que são hospitais para doentes mentais e pessoas com doenças contagiosas (GOFFMAN, 1974).

O *terceiro grupo* consiste em locais que existem a fim de realizar uma atividade de trabalho assim como quartéis, navios, escolas internas e campos de trabalho. O *quarto grupo* se refere, às instituições destinadas ao objetivo de se distanciar do mundo, como um refúgio, um retiro, que geralmente serve como local de aprendizagem para líderes espirituais, como por exemplo, conventos e mosteiros. (GOFFMAN, 1974).

Finalizando, o *quinto grupo* se refere ao que mais interessa a este trabalho em relação à instituição total, que é a instituição que se destina a proteger a

sociedade de pessoas caracterizadas perigosas ao convívio, mas em oposição aos manicômios, são perigos considerados intencionais. Esse é o caso das penitenciárias, cadeias e campos de concentração (GOFFMAN, 1974).

A partir da perspectiva do autor, podemos verificar a diferença entre a prisão para os outros modelos de instituições totais. Na prisão, o bem estar dos indivíduos ali encarcerados não era a prioridade, pois o objetivo era proteger a sociedade daqueles que se encontram dentro desses ambientes. Para Goffman (1974, p. 17) “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares e com diferentes co-participantes” e o aspecto principal de uma instituição total é o rompimento das divisões dessas atividades, ou seja, “todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”.

Esse padrão de instituição determina ao indivíduo, o que fazer, como fazer, quando fazer, para quem fazer e com quem fazer. O direito de escolha e as vontades da pessoa não são considerados, ou seja, todas as atividades são controladas e determinadas por uma só autoridade, que não é o próprio indivíduo que praticará a mesma.

A retirada dos bens pessoais na entrada, a separação do interno das relações que mantinha no mundo externo, a obrigatoriedade de realização de uma rotina sem considerar as suas vontades, a perda de espaços e de momentos de intimidade e privacidade são alguns dos aspectos que compõem a degradação do eu nesse tipo de instituição, promovendo um processo de destituição da identidade pessoal (GOFFMAN, 1974). Quando adentra a prisão o indivíduo é recebido, é classificado, identificado, é despido de sua aparência usual no sentido de uniforme até ao corte de cabelo. É reconhecido dentro as instituições por um número, que é sua matrícula, evidenciando esse processo de mortificação de seu eu, suas vontades e de sua personalidade.

Além da mortificação do eu, como aponta Goffman, outro aspecto relevante é a redução de contato com seus familiares. Durante o processo de encarceramento, o indivíduo passa por diversas segregações, não apenas de sua liberdade e identidade, mas também de vínculos afetivos e familiares, pois mesmo possuindo o direito a visita, as mesmas são restritas e com muito pouco sigilo.

Além das consequências durante o encarceramento, esses indivíduos passam a ser vistos por toda sociedade de forma pejorativa, não apenas no período

em que estão confinados, mas após o término de sua pena, contribuindo assim também para sua exclusão do convívio social. A marginalização não se apresenta exclusivamente como resultado de sua prisão, mas a prisão é também uma consequência da marginalização social muito mais focada num modelo de Estado penal do que um Estado social. O Estado penal consiste em um estado onde o interesse econômico da classe dominante ultrapassa os interesses da sociedade como um todo (WACQUANT, 2002).

Ao analisar o contexto histórico mundial, percebe-se várias crises cíclicas do capital, nas quais a economia mundial apresenta sinais de estagnação e um considerável aumento na inflação (SOUSA, 2015). Uma crise econômica sempre causa efeitos sociais enormes, como desemprego, pobreza e desigualdades. Em consequência de todos esses aspectos, a violência se evidencia e o Estado responde a essa violência com “estratégias de disciplinamento a frações da classe operária, por meio do aparato policial e jurídico” (BRISOLA, 2012, p. 131).

A criminalização da pobreza como resposta do Estado, provoca o crescimento da população carcerária, e na mesma intensidade, a precariedade das condições em quem essas pessoas sobrevivem.

2.2 SISTEMA PRISIONAL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Conforme dito anteriormente a punição e as penas, como resposta ao delito, resultam de atos que infringem aquilo que é disposto pelas leis. A Constituição Federal Brasileira de 1988, afirma no artigo 5º e inciso XXXIX que: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (BRASIL, 1988). Portanto, todo crime passível a pena, é anteriormente determinado por uma lei.

O sistema prisional brasileiro é regido por diversos aparatos legais, iniciando-se pela Carta Magna, a Constituição. Esta que garante os direitos e define os deveres dos cidadãos de forma geral, também determina no que diz respeito ao sistema penal e prisional, as formas de pena, a pena individualizada, direitos em relação aos processos jurídicos, entre outros.

Ainda no âmbito federal, o Código Penal Brasileiro, Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, também tem suma importância em relação ao sistema prisional. O Código Penal classifica os atos considerados crimes e passíveis de pena, além de

definir a pena que deverá ser aplicada a cada crime. É importante salientar que, o Código Penal, não expressa a proibição dos atos, mas sim, determina a punição caso haja a prática dos mesmos por algum indivíduo.

Especificamente direcionada ao cumprimento das penas impostas após julgamento, no Brasil, a Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execuções Penais (LEP), foi promulgada. De acordo com seu artigo 1º, a execução penal tem como objetivo: “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984, p. 1). Mesmo sendo denominada com Lei de Execuções Penais, a mesma, se aplica também ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Militar ou Eleitoral.

Essa lei consegue perpassar diversas áreas da execução penal, determinando direitos e deveres dos presos e de todos os envolvidos no processo de encarceramento e execução das penas. Ela define os estabelecimentos penais, os tipos de regime e suas progressões, e também as medidas disciplinares, assim como, também o processo de remição de pena.

Fica evidente na LEP, que o indivíduo preso possui direitos, inclusive o de Assistência Social, que é determinado pelos artigos 10 e 11 desta lei. Segundo o artigo 22, a finalidade da assistência social nesse sentido é “amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade” (BRASIL, 1984, p. 4).

No que se refere ao Estado de Santa Catarina, há uma Instrução Normativa, publicada em 12 de dezembro de 2019, pelo Departamento de Administração Prisional (DEAP), que é subordinado à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Essa normativa determina os procedimentos operacionais que devem ser adotados pelos estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina.

Os procedimentos indicados nesta normativa, vão desde a entrada dos servidores no estabelecimento penal, comunicação interna dos presos com os setores da unidade, cadastro de visitantes, visita social, visita íntima, até procedimentos de saída para velórios. Também são determinados os deveres e direitos dos presos, as faltas disciplinares e também a classificação do comportamento dos presos.

Em suma, há um grande aparato legal no que envolve o sistema prisional, desde as leis que definem os crimes e as penas direcionadas a cada um deles, até

as que definem os procedimentos da prisão. Entretanto, mesmo tratando de legislações que definem o contexto e cotidiano do sistema prisional, não deve-se esquecer que nessas mesmas leis tratam dos direitos que cada indivíduo preso possui, lembrando que, de acordo com o artigo 3º da LEP, todos os direitos serão assegurados, desde que não sejam atingidos pela lei ou pela sentença, além de nenhuma distinção racial, religiosa, social ou política deverá ser aceita e realizada (BRASIL, 1984).

3 SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS, EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço Social é uma profissão de constantes desafios em sua atuação, tudo isso se deve principalmente ao seu viés crítico e defensor de direitos para todos. Importante, para este estudo destacarmos uma breve discussão sobre a história, fundamentos do Serviço Social e o exercício e formação profissional.

Nesse sentido, iniciamos de forma breve, a recuperação da gênese da profissão no contexto brasileiro, que acontece em meados da década de 1930, com base nos princípios da Igreja Católica, possuindo os valores da mesma como diretrizes, sendo seu caráter moralista e conservador.

A necessidade da implantação do Serviço Social no Brasil se dá a partir do aumento significativo da questão social e suas expressões, sendo resultante da formação de um novo proletariado a partir do processo de industrialização.

O Serviço Social no Brasil também exerceu função para controle do capital, tendo como objetivo de sua prática “ajustar” os indivíduos e situações que fossem consideradas fora do padrão para a visão conservadora. A ação profissional nesse sentido era voltada em ações filantrópicas, que eram promovidas pelas classes dominantes. Para melhor desempenho dessas ações, em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social em São Paulo (CEAS). Segundo Netto,

[...] a atividade estava baseada no ideal funcionalista, em que se buscava ajuste ao indivíduo, da família e da coletividade à sociedade existente, dentro do pressuposto de que a sociedade encontra-se corretamente estabelecida. Os que não se ajustam a sua ordem são os “desajustados” e necessitam de ajuda para sua reintegração social, para seu “re-ajuste” (NETTO, 2010, p. 58-59).

A culpabilização do indivíduo era o principal viés das ações, de forma sutil através das ações promovidas pela classe dominante juntamente com o Estado e a Igreja Católica. Ainda nesse contexto, Netto (2010) afirma que,

As refrações da questão social começavam a ser enfrentadas pela classe dominante no Brasil pelo viés religioso católico, influenciado pela concepção do fortalecimento da família, da propriedade, buscando, para isso, respaldo político nas instituições formais do Estado para eleger políticos que apoiam seus princípios, e com a criação de organismos filantrópicos, que desenvolvessem seu ideário de ordem e disciplina, solidificando suas ações na divulgação ideológica da prestação de ajuda aos sofrendores (NETTO, 2010, p. 59).

Importante também demarcar a relação dos movimentos operários com o desenvolvimento da profissão de Serviço Social no Brasil, a busca por melhoria nas condições de trabalho se desenrolou ao longo dos anos, e na década de 1930, a partir do governo Vargas, algumas leis são criadas e regulamentam algumas das relações e condições de trabalho.

Nesse mesmo período em 1935, é criado o Departamento de Assistência Social do Estado, entretanto, o objetivo da proteção social nesse período era amenizar as manifestações dos trabalhadores, sendo colaborador de um sistema de repressão, que buscava a ordem e disciplina. Essas ações eram justificadas com o argumento que após atingir o desenvolvimento econômico poderia ser resolvidas as questões de âmbito social. A partir do ano de 1936 são criadas as primeiras escolas de Serviço Social, todas voltadas para o exercício profissional com princípios tradicionais e fundamentos estabelecidos pela Igreja Católica.

Um momento importante para o Serviço Social no seu processo de amadurecimento histórico da profissão foi o Movimento de Reconceituação, que ocorreu a partir da década de 1960. Esse movimento iniciou-se a partir dos questionamentos que o Serviço Social fez sobre seus fundamentos tanto teóricos, quanto metodológicos e também operativos. Tinha como objetivo uma compreensão maior da profissão, a fim de fazer com que o exercício profissional poder responder de forma eficaz as expressões da questão social.

Nesse contexto, entra em cena um novo modo de pensar e fazer a profissão, sob influência de autores marxistas, fazendo os profissionais questionarem seu papel na sociedade, se voltando para ampliação de direitos políticos, civis e sociais. Netto afirma que

O processo de questionamento da prática profissional se desenvolvia como parte de um amadurecimento de vários outros setores sociais, inclusive dos movimentos populares e da Igreja Católica. As bases teóricas tradicionais baseadas na adaptação do indivíduo e dos grupos à sociedade existente não conseguiam mais dar respostas às demandas do Serviço Social, cujos profissionais começam a interagir com outras profissões (NETTO, 2010, p. 64).

Entretanto, com o golpe militar e início da ditadura em 1964, as medidas repressoras contribuíram para a acumulação do capital, beneficiando assim, a classe dominante e fomentando mais a desigualdade social. No que diz respeito aos pensamentos e questionamentos sobre as bases da profissão, eles se mantiveram,

porém, o que ainda predominava eram os pensamentos tradicionais, o que pode chamar-se “modernização conservadora”.

Diversos seminários e congressos que discutiram a profissão, destacando-se os Seminários de Araxá, Sumaré, Teresópolis e Alto da Boa Vista, que ocorreram entre os anos de 1967 a 1989. Porém, em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo, foi o marco para a profissão, sendo chamado de “Congresso da Virada”. Neste congresso, na mesa de abertura foram retirados pelos assistentes sociais os integrantes do governo, sendo substituídos por representantes de movimentos populares.

Após esse momento marcante, é reconhecida a participação do indivíduo no modo de produção capitalista, dessa maneira, a classe a que ele pertence é que determina que posição ele se encontra nesse modo de produção, se é classe dominante ou se é proletariado, assim como, as situações que vivenciará (NETTO, 2010).

O Movimento de Reconceituação foi marcado por três direções, sendo elas, a modernizadora, a renovação do conservadorismo e por fim a intenção de ruptura. A última dessas direções apresenta um novo modo de pensar a profissão o que auxiliou a identificar a questão social como a consequência de uma contradição existente no sistema capitalista, que são os interesses entre o capital e o trabalho, sendo então a questão social o principal objeto de trabalho do assistente social.

Resultante de todo esse processo há o início de uma nova fase para o Serviço Social, onde são vistas a influência do pensamento de Marx, a interlocução com outras áreas do conhecimento que também tinham reflexões críticas, posicionamento político da profissão e rompimento com a neutralidade em todas as dimensões da profissão e pluralismo profissional (NETTO, 2010).

Em suma, esse período se caracterizou como divisor de águas no Serviço Social, dando início ao pensamento crítico da realidade, buscando ultrapassar os pensamentos conservadores e abrindo dessa forma, os horizontes para intervenção na questão social.

Esse movimento perdurou desde a década de 1960 a 1990, sendo a última com diversos marcos para a profissão. Em 1993, a profissão de Serviço Social é regulamentada através da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Além disso, no mesmo ano, através da Resolução nº 273 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é instituído o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, que rege

toda a profissão, determinando os seus princípios, deveres, direitos, sobre as relações profissionais, penalidades, entre outros. Os valores de liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social baseiam esse Código.

A mudança do pensar a profissão é refletida na lei que regulamenta a mesma, no novo código de ética, no novo projeto ético-político e de formação profissional, que visam à defesa da igualdade, da liberdade e dos direitos, afim de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após esse longo caminho na profissão, vemos hoje o profissional de Serviço Social segundo Netto,

Dependente do seu salário, apesar de ser estabelecido na alínea b do artigo 2º do Código de Ética Profissional, como direito do assistente social, “o livre exercício das atividades inerentes a profissão”. Um espaço contraditório, marcado por lutas, avanços, retrocessos, entre o livre exercício da profissão e das diretrizes do empregador, nem sempre de acordo com os princípios do Serviço Social ou da legislação para a efetivação das políticas públicas (NETTO, 2010, p. 72-73).

O significado sócio-histórico do Serviço Social, só é compreendido com a sua inserção na sociedade, pois a profissão está dentro da mesma e também se desenvolve no contexto da reprodução das relações sociais, que está em constante movimento, criando ao mesmo tempo, a reprodução da sociedade em classes e os conflitos que são o produto dessa relação, como também as possibilidades para o enfrentamento desses conflitos.

Nesse contexto da reprodução das relações sociais é inserido o Serviço Social, que pode ser analisado de dois ângulos que dependem entre si, não podendo separar-se. Primeiro, inserido como a realidade vivida pelos profissionais que se apresenta através do discurso pautado na teoria e ideologia da profissão, e o segundo como uma atividade que é desenvolvida de acordo com os interesses que nem sempre são os mesmos do profissional. Segundo Yazbek,

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite, em primeiro lugar, apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama (YAZBEK, 2009, p. 4).

O Serviço Social faz parte das relações sociais, o exercício não pode ser pensado fora desse contexto, fazendo com que a profissão participe tanto da reprodução dos interesses da classe dominante, como na busca de respostas para as demandas da questão social decorrentes da desigualdade causada pelo capital à

classe operária. No que diz respeito à contradição vivenciada pelo assistente social, Yazbek (2009) afirma que,

[...] isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha. Por isso a possibilidade da profissão colocar-se na perspectiva dos interesses de seus usuários depende da construção de um projeto profissional coletivo que oriente as ações dos profissionais em seus diversos campos de trabalho (YAZBEK, 2009, p. 5).

Portanto, o exercício da profissão continua enfrentando diversos desafios, possuindo a necessidade de se renovar de acordo com o desenvolver da sociedade, buscando respostas a questão social que cresce juntamente com a reprodução das relações sociais. Salienta-se, dessa forma, que o profissional busque pautar sua ação nos princípios éticos da profissão, lutando pela igualdade e a defesa dos direitos visando o enfrentamento da questão social. Em suma, o assistente social deve atuar baseado na teoria, com instrumentalidade adequada para oferecer as repostas eficazes, sem esquecer-se dos princípios éticos-políticos que norteiam a profissão.

3.1 EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Como já visto anteriormente, o Serviço Social como profissão se desenvolveu e se aprimorou com o passar dos anos, passou por diversas transformações para se tornar o que é hoje. O exercício profissional do Serviço Social possui três grandes e importantes dimensões que são extremamente importantes para a eficácia da ação profissional.

Por dimensão, Santos (2008) entende como às propriedades de algo, seus princípios, seus fundamentos. No que tange o Serviço Social, são os elementos que constituem a profissão, são a base do exercício profissional, ou seja, essas dimensões norteiam e direcionam a atuação do assistente social.

Dentre as dimensões da profissão, se destacam três, essas que possuem um amplo debate no campo profissional, sendo elas: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Todas possuindo aspectos diferentes e únicos, entretanto, interligadas e dependendo uma da outra para que o exercício profissional seja eficaz.

Para melhor entender essa indissociabilidade, é necessário compreender cada uma delas individualmente primeiro. Iniciando com a dimensão ético-política, em seguida com a teórico-metodológica e finalizando com a técnico-operativa.

A dimensão ético-política “atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional” (LEWGOY, 2010, p.149). A partir dessa dimensão, a busca pela efetivação de direitos dos usuários, é baseada nos princípios e fundamentos do projeto ético-político da profissão, o Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares.

De acordo com Sousa (2008), “o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, relações essas que são contraditórias” (SOUSA, 2008, p. 121). O assistente social deve, portanto, assumir uma postura crítica, se posicionar perante a realidade que lhe é apresentada, assumindo os valores éticos que baseiam a prática profissional.

Nesse sentido, Lewgoy ainda afirma sobre o compromisso ético-político como eixo norteador para o projeto ético-político da profissão, que são

[...] valores, posturas e atitudes que devem ser assumidas pelo assistente social em função de um posicionamento e ético diante da questão social e suas particularidades no âmbito de seu espaço sócio-ocupacional, ao lado da competência teórico-metodológica e técnico-operativa em relação aos processos de trabalho do assistente social (LEWGOY, 2010, p. 158).

Essa dimensão exige do profissional uma reflexão ética diante das demandas apresentadas, ultrapassando a zona de conforto, fazendo que ele repense sua prática sempre, saindo do conformismo e cotidianidade.

De acordo com Sousa (2008), “o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha” (SOUSA, 2008, p. 122), nesse contexto entra a dimensão teórico-metodológica.

Ao analisar as palavras que nomeiam essa dimensão, temos teoria que podemos entender como um conjunto de conhecimentos e o método como é o meio de ligação entre a teoria e o objeto de estudo, ou seja, a dimensão abrange o conhecimento teórico e os métodos para utilizá-lo para investigação do objeto de estudo, a realidade social.

A teoria é necessária e não se pode separá-la da prática, no processo do conhecimento as duas são indissociáveis. Tudo começa com a teoria, o estudo e o entender das coisas, saber para fazer, entretanto, não se sobrepõe à prática. Guerra

(2009) afirma que “a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados” (GUERRA, 2009, p. 4).

No exercício profissional, vê-se a necessidade dessa dimensão quando se refere a entender a realidade, pois “quanto mais ampla for a leitura da realidade, melhores serão as condições de responder às demandas, tanto as imediatas quanto as futuras” (LEWGOY, 2010, p.163).

É preciso que a dimensão teórico-metodológica sempre se faça presente dentro do fazer profissional, dessa forma, os assistentes sociais devem estar em constante aprendizagem, buscando sempre rever tudo que já obteve de teoria e também buscando novos conhecimentos para que a ação profissional seja eficaz e eficiente. Lembrando sempre que a teoria e a prática são interligadas, e que dependem uma da outra para o exercício da profissão.

Nesse sentido Sousa afirma que

Assim, o processo de qualificação continuada é fundamental para a sobrevivência no mercado de trabalho. Estudar, pesquisar, debater temas, reler livros e textos não podem ser atividades desenvolvidas apenas no período da graduação ou nos “muros” da universidade e suas salas de aula. Se no cotidiano da prática profissional o Assistente Social não se atualiza, não questiona as demandas institucionais, não acompanha o movimento e as mudanças da realidade social, estará certamente fadado ao fracasso e a uma reprodução mecânica de atividades, tornando-se um burocrata, e, sem dúvidas, não promovendo mudanças significativas seja no cotidiano da população usuária ou na própria inserção do Serviço Social no mercado de trabalho (SOUSA, 2008, p. 122).

A finalidade do trabalho do assistente social se remete à intervenção das diferentes manifestações da questão social, com o objetivo de reduzir as desigualdades e injustiças sociais e também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos, buscando democratização, autonomia e acesso aos direitos. Para atingir esse alvo, o profissional deve ter uma direção, ou seja, conhecer e problematizar o objeto de ação.

O trabalho do serviço social deve ser norteado por um plano de intervenção profissional que tem como finalidade elaborar maneiras para enfrentar as expressões da questão social. Assim, parte-se do conhecimento da realidade, para propor e intervir; e o referencial teórico-conceitual será o fiel da balança nessa compreensão da realidade e do fenômeno.

As duas primeiras dimensões tratam sobre o conhecimento e a ética, a terceira é o espaço de operacionalização das outras dimensões, a dimensão

técnico-operativa. Essa dimensão é a instrumentalidade, que segundo Lewgoy (2010, p.169), “é a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais”. A instrumentalidade se norteia nos pensamentos de “como fazer” e do que “para” que fazer, ela se refere aos instrumentos utilizados para a prática do exercício profissional. Segundo Sousa (2008), a competência técnico-operativa tem grande importância, pois,

o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (SOUSA, 2008, p.122).

A dimensão técnico-operativa é entendida como um espaço de transição entre o projeto profissional e a formulação de respostas às demandas dos usuários do serviço social, ela se constitui no modo de aparecer da profissão, pela qual ela é conhecida e reconhecida.

Essa dimensão se mostra e se destaca mais que as outras, pois é a mais aproximada da prática profissional e por isso expressa as demais dimensões, ou seja, as ações do profissional expressam as concepções teórico-metodológica e ético-política. Sousa (2008, p. 124) afirma que

os instrumentos e técnicas de intervenção não podem ser mais importantes que os objetivos da ação profissional. Se partirmos do pressuposto que cabe ao profissional apenas ter habilidade técnica de manusear um instrumento de trabalho, o Assistente Social perderá a dimensão do porquê ele está utilizando determinado instrumento. Sua prática se torna mecânica, repetitiva, burocrática. Mais do que meramente aplicar técnicas “prontas” – como se fossem “receitas de bolo”, o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano.

Dessa forma, podemos afirmar que profissional de Serviço Social norteia sua atuação em três principais dimensões, essas que remetem a três importantes competências necessárias para que a intervenção seja eficaz. A partir da dimensão teórico-metodológica, o assistente social consegue apreender e compreender a realidade social, através da produção teórica, de pesquisas que lhe norteiem e lhe deem o conhecimento necessário para iniciar a intervenção além de proporcionar métodos que auxiliam na investigação da realidade social em que o profissional irá intervir. A dimensão técnico-operativa, expressa o fazer profissional que fundamenta

sua prática em bases teórico-metodológicas e ético-políticas. Em suma, essas três dimensões são estruturantes da prática profissional crítica na intervenção junto as expressões da questão social.

3.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A discussão sobre as três dimensões da profissão e sua indissociabilidade se estende, devido ao fato de que elas se relacionam entre si, e formam um ciclo. O profissional compreende a realidade a partir da dimensão teórico-metodológica, intervém na realidade utilizando técnicas e instrumentos adequados, buscando sempre, em sua atuação uma postura crítica e voltada aos princípios de igualdade e liberdade que norteiam a profissão.

Uma chave para esse ciclo é a formação profissional, visto que, através dela, novos assistentes sociais serão ensinados e orientados para o exercício profissional. No contexto da formação profissional, também se insere a produção do conhecimento, pois a partir da academia e da pesquisa, novas formas de interpretar, analisar e compreender a realidade e a questão social são vistas através da produção acadêmica.

A formação dos profissionais em Serviço Social é primeiramente, pautada nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, determinados pela Resolução nº15/2002 do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com essa diretriz o perfil dos formandos é de um profissional que atua nas expressões da questão social formulando e executando propostas de intervenção para o enfrentamento da mesma com capacidade de promover o exercício da cidadania e a inserção criativa dos usuários nas relações sociais e no mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

As competências e habilidades gerais são a viabilização de uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como um fundamento para o exercício das atividades técnico-operativas tendo como objetivo a compreensão do significado social da profissão e a identificação das demandas presentes na sociedade com finalidade de formular propostas para enfrentamento dessas demandas. As competências e habilidades específicas consistem em, a formação profissional desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar planos e projetos na área

social. Além de planejar, organizar e administrar benefícios de serviços sociais, entre outros. (BRASIL, 2002).

Essas diretrizes evidenciam a vinculação da educação com os princípios norteadores do Código de Ética Profissional, visando uma sociedade igualitária e justa, e a extinção dos processos de exploração de todos os modos. Dessa maneira, a profissão demonstra uma concepção de emancipação desde a academia, ou seja, desde o início da formação profissional.

A relevância desse pensamento é enorme, pensando que novos profissionais serão formados para se inserirem na sociedade e atuarem nas relações sociais. De acordo com Sarmiento (2002), nos últimos anos a profissão incorporou tanto no exercício como no processo de formação profissional um novo modo de intervenção, onde o assistente social age em prol de uma conscientização dos seus usuários a respeito da defesa de seus direitos (SARMENTO, 2002).

Nesse sentido, o autor ainda afirma que,

Isso permitiu à profissão materializar novas conquistas teórico-práticas e ético-políticas, rompendo com a fundamentação filosófica tradicional e conservadora e reafirmando um novo perfil, que substituiu o agente subalterno e executivo para um profissional competente teórica, técnica e politicamente (SARMENTO, 2002, p. 117).

Nesse sentido, é possível perceber que a produção do conhecimento dentro da formação profissional se faz essencial para que esse viés crítico se mantenha vivo dentro da profissão. Enfatizando essa ideia, Guerra (2009), afirma que

O assistente social lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da sua intervenção na realidade das investigações que realiza, visando responder a esta realidade. Mas é possível também conhecer através das experiências indiretas, através do que já foi produzido por outras pesquisas e/ou teoricamente. Também aqui, para o assistente social, se exige um investimento na investigação, posto que, ao testar o conhecimento derivado indiretamente, tem-se como resultado uma avaliação sobre o mesmo (GUERRA, 2009, p. 14).

Ou seja, a ligação entre a academia e o profissional atuante na área é imprescindível para ambas as partes, pois, a partir da realidade é que se estuda e se produz conhecimento, e através do conhecimento adquirido pela pesquisa e investigação é que a prática profissional se torna mais eficiente e eficaz. Essa relação reproduz a indissociabilidade das três dimensões da profissão, e salienta a

necessidade da teoria e prática, do saber e o fazer caminharem juntos. É inegável a riqueza das contribuições que a prática dá a formação profissional, mas também, as contribuições que a produção do conhecimento pode gerar a atuação profissional.

É visto a partir de todo o discorrido durante o capítulo a trajetória percorrida pelo Serviço Social para ser o que é hoje como profissão, com todo seu aparato e posicionamento ético-político. Também é notável a influência necessária das três dimensões no exercício profissional, sendo também essencial para renovação que é primordial em cada assistente social que estão atuando na realidade social, a produção de conhecimento, essa que engloba a formação profissional que é parte do exercício da profissão.

4 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste TCC, conforme dito no capítulo introdutório, o escopo central propõe-se analisar a produção de conhecimento do Serviço Social realizada nos últimos 20 anos por estagiários/as da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Essa análise possibilitará refletir de um lado sobre a formação profissional realizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES), e do outro a contribuição deste saber, construído a partir da formação profissional, para o espaço sócio-ocupacional. Cabe destacar de início que as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), integra o conjunto de documentos que fundamentam o projeto ético-político da profissão; e que na atual conjuntura da política brasileira tem sido tensionado fortemente pelo “retorno” de um Serviço Social ainda mais conservador do que aquele vivido no início da história da profissão.

Este capítulo que terá como centralidade a apresentação dos resultados e discussão do estudo realizado está dividido em três seções: na *primeira* faremos uma breve descrição do percurso metodológico empreendido; na *segunda* será realizado um breve resgate histórico sobre a instituição que foi campo de estágio e o Serviço Social que nela se insere, com intuito de contextualizar a análise ao ambiente do sistema prisional e que se possa ter um prévio entendimento das ações do Serviço Social nesta realidade; e por fim na *terceira* seção os resultados propriamente encontrados e sua discussão.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Inicialmente o objeto de estudo proposto para esse Trabalho de Conclusão de Curso não o que está sendo discutido. Tínhamos definido como objetivo um estudo sobre as demandas dos presos da Penitenciária Estadual de Florianópolis, por meio dos memorandos (principal instrumento do Serviço Social para atendimento aos presos) solicitados pelos presos ao Serviço Social.

Contudo, em razão da situação pandêmica provocada pela Covid-19, tornou-se inviável esta linha de estudo, tendo em vista que a coleta de dados necessariamente precisava ser presencial. Com o estágio já finalizado em 2018 nossa entrada na instituição foi proibida.

Entretanto, como mantínhamos o interesse em discutir a temática envolvendo o espaço sócio-ocupacional da penitenciária, redefinimos o objeto de forma que tivéssemos documentos mesmo no período pandêmico. Para atingir os objetivos propostos buscamos junto à Assistente social, que também foi supervisora de campo no estágio supervisionado, a possibilidade de acesso por meio digital aos TCCs que foram produzidos nos 20 anos em que a penitenciária passou a ser campo de estágio em Serviço Social.

Após o acesso ao material de pesquisa, realizou-se a leitura dos trabalhos, com objetivo de compreender os objetos e seus objetivos nas pesquisas e/ou estudos que nortearam suas elaborações, fazendo assim a classificação em blocos temáticos para melhor compreensão e também para facilitar a análise final.

O acesso a produção acadêmica realizada compreendeu o período entre 1999 a 2020, sendo esses, um total 21 trabalhos para análise. Contudo, após a leitura excluímos 2 TCCs que não se enquadram na estrutura de um Trabalho de Conclusão de Curso, mas sim, Relatório Final de Estágio.

No que se refere à instituição de ensino que se oriunda a produção acadêmica, 10 monografias são de estudantes da Instituição de Ensino Superior (IES) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os demais foram produções de estudantes de universidades privadas de Ensino à Distância (EaD), sendo nove monografias do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e dois relatórios finais de estágio da Faculdade Anhanguera, conforme mencionado anteriormente.

Os temas abordados nos TCCs são diversos, embora produzidos por estudantes de Serviço Social, nem todos os trabalhos voltaram seu tema ao exercício profissional e também nem todos os trabalhos se voltaram ao sistema prisional. Assim sendo, 18 TCC's dos que se enquadravam no formato de monografia se ocuparam de assuntos relacionados diretamente com o sistema prisional, e apenas um abordou uma discussão mais histórica sobre escravidão, não estando relacionado ao espaço sócio-ocupacional da Penitenciária. Sobre a temática referente ao Sistema Prisional identificamos 06 TCCs sobre a política de segurança pública, um TCC sobre a temática de gênero, quatro abordaram temáticas referentes aos vínculos fora do cárcere, um abordou sobre a saúde do preso e seis TCCs sobre a temática voltada ao exercício profissional do Serviço Social dentro do contexto institucional (Quadro 1).

Quadro 1 – A produção de conhecimento entre 1999-2020

| ANO | TÍTULO | IES |
|------|--|------------|
| 1999 | Implicações do encontro íntimo para a ressocialização do sentenciado na Penitenciária de Florianópolis | UFSC |
| 2003 | O perfil do sentenciado da Penitenciária de Florianópolis | UFSC |
| 2004 | Perdas ou ganhos com a pena privativa de liberdade: eis a questão | UFSC |
| 2004 | A reeducação do sentenciado numa perspectiva de prática para liberdade | UFSC |
| 2012 | Relatório de estágio obrigatório na instituição: Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania Penitenciária de Florianópolis | ANHANGUERA |
| 2012 | Relatório de Estágio obrigatório na instituição: Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania Penitenciária de Florianópolis | ANHANGUERA |
| 2013 | A inserção de grupos religiosos na Penitenciária Estadual de Florianópolis | UFSC |
| 2013 | A precariedade na atenção a saúde no sistema prisional, em especial para os que apresentam deficiência física | UNIASSELVI |
| 2013 | Qualificação Profissional como forma de ressocialização | UNIASSELVI |
| 2014 | A importância do direito a informação no contexto da Penitenciária Estadual de Florianópolis | UNIASSELVI |
| 2014 | Um olhar do Serviço Social sob a relação drogas versus crime na Penitenciária Estadual de Florianópolis | UNIASSELVI |
| 2014 | A entrevista inicial no processo de trabalho do assistente social na Penitenciária Estadual de Florianópolis | UFSC |
| 2015 | A utilidade do cárcere no enfraquecimento da condição de humanidade | UFSC |
| 2015 | As leis que me prendem: travestis/transsexuais no sistema prisional | UFSC |
| 2016 | A (des)construção dos vínculos familiares e/ou afetivos: reflexões acerca do sistema prisional | UFSC |
| 2016 | Benefício Previdenciário – Auxílio Reclusão | UNIASSELVI |
| 2017 | A crescente aplicação de medidas disciplinares punitiva aos reeducandos da Penitenciária Estadual de Florianópolis | UNIASSELVI |
| 2017 | A sociedade fundada na escravidão: uma análise sócio-jurídica do Brasil | UFSC |
| 2017 | O reconhecimento de paternidade e sua importância na vida da criança | UNIASSELVI |
| 2018 | O Serviço Social e as ações socioeducativas para prevenção e cuidados com doenças negligenciadas | UNIASSELVI |
| 2020 | O papel do Serviço Social no sistema penitenciário de Florianópolis | UNIASSELVI |

Fonte: Autora, 2020.

Assim, considerando que o Serviço Social é uma profissão interventiva no âmbito da questão social e segundo Lamamato (2001, p. 17) “expressa portanto as disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais” e acrescenta: “Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjado ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (Idem, p.17). Portanto, a análise dos trabalhos concentrou-se nos TCCs que abordam em algum momento o exercício profissional a partir do seu objeto de estudo e que serão discutidos na seção 4.3 (Quadro 2).

Quadro 2 – TCCs selecionados que abordam o exercício profissional

| ANO | TCCs SELECIONADOS | IES |
|------|--|------------|
| 2003 | O perfil do sentenciado da Penitenciária de Florianópolis | UFSC |
| 2014 | A entrevista inicial no processo de trabalho do assistente social na Penitenciária Estadual de Florianópolis | UFSC |
| 2014 | A importância do direito à informação no contexto da Penitenciária Estadual de Florianópolis | UNIASSELVI |
| 2016 | Benefício Previdenciário – Auxílio Reclusão | UNIASSELVI |
| 2018 | O Serviço Social e as ações socioeducativas para prevenção e cuidados com doenças negligenciadas | UNIASSELVI |
| 2020 | O papel do Serviço Social no sistema penitenciário de Florianópolis | UNIASSELVI |

Fonte: Autora, 2020.

De modo geral, os trabalhos apresentam ao longo de seu corpo, discussões acerca do sistema prisional como história das penas, instituições totais, e legislações que regem esse sistema. Os autores que mais se destacam nesse contexto são Foucault e Goffman. No que diz respeito a legislação, a mais utilizada é a Lei de Execuções Penais (LEP). Algo que também chama atenção é a utilização dos próprios TCCs anteriores para referenciar uma nova produção acadêmica, isso se reflete principalmente nas discussões acerca da dimensão técnico-operativa e instrumentos utilizados dentro da própria instituição e também quando se discute o histórico de fundação da Penitenciária e do Serviço Social na mesma.

4.2 RESGATE HISTÓRICO DO CAMPO DE PESQUISA

A Penitenciária Estadual de Florianópolis é uma instituição que se destina ao cumprimento e execução das penas de reclusão e detenção, em regime fechado e semiaberto, impostas por decisão judicial a indivíduos do sexo masculino e maiores de 18 anos.

Teve sua inauguração em 21 de setembro de 1930, por intermédio da lei nº 1547, de 20 de outubro de 1926, que determinava a criação de um estabelecimento penal em Santa Catarina. A Penitenciária Estadual de Florianópolis, também conhecida como Penitenciária da Pedra Grande, é o estabelecimento penal mais antigo do estado, possuindo em sua inauguração capacidade para 50 sentenciados, onde havia apenas uma galeria chamada "Casa Velha" e um bloco destinado a administração. Em 1940, foi ampliada, com construção de um pavilhão com mais três galerias e com capacidade para 210 sentenciados. Através do Decreto nº 5.197

de 03 de julho de 1978, aprovou uma nova ampliação na unidade, onde passaram a ter vagas para 604 homens (OLIVEIRA, 2003).

Em 2003, ano da criação do Complexo Penitenciário do Estado (COPE), em São Pedro de Alcântara, a Penitenciária Estadual de Florianópolis contava com cerca de 700 detentos. Atualmente, a unidade possui mais de 1000 detentos alocados em todas as alas da instituição.

A Penitenciária Estadual de Florianópolis tem sua estrutura organizacional composta por um diretor e cinco gerências que administram e executam as ações dentro da instituição. Sendo essas gerências: gerência de apoio operacional, gerência de execuções penais, gerência de atividades laborais, gerência de revisão criminal e gerência de saúde, ensino e promoção social, nesta última onde se insere e atua o Assistente social.

De acordo com Furtado (2004), o trabalho do Serviço Social foi inserido na Penitenciária Estadual de Florianópolis no ano de 1970, com apenas uma Assistente social e duas estagiárias, para atender as demandas dos detentos. Atualmente, há na unidade apenas uma Assistente social formada e concursada, uma Assistente social contratada por processo seletivo de caráter temporário e três estagiárias de Serviço Social para atender uma demanda de mais de 1000 presos.

O acesso à assistência social aos detentos da Penitenciária de Florianópolis, assim como, a qualquer detento inserido no sistema prisional brasileiro, é caracterizado como direito. Essa é prevista pela Lei de Execuções Penais (LEP), Lei n. 7.210/1984 (BRASIL, 1984). De acordo com a LEP:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso. Art.11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa (BRASIL, 1984, p. 2).

De acordo com a mesma Lei, a atuação do Assistente Social "tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade". (BRASIL,1984, p. 4) Para Bolgenhagen (1999), as demandas dirigidas ao Serviço Social no tratamento penal, se expressam basicamente em estimular vínculos sociais, familiares, afetivos e profissionais dos detentos ao mundo externo ao cárcere, visando manter sua identidade e um ponto de partida para a "ressocialização", termo esse teoricamente idealizado dentro do sistema prisional.

No entanto, o trabalho realizado por assistentes sociais em penitenciárias é visto como um grande desafio, pois nesses espaços há muita dificuldade de garantir o mínimo de dignidade e o respeito de direitos dos usuários. Segundo Pereira (2003),

(...) o perfil político-cultural predominante da profissão, compromissada com valores humanistas e democráticos, faz do espaço de tratamento penal, mais um campo para afirmar o papel transformador da categoria e valorizar a profissão, exercitando efetivamente a sua função social e prática política no resgate dos princípios dos direitos humanos (PEREIRA, 2003, p.34).

O objeto de trabalho do profissional de Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis se norteia no atendimento das demandas apresentadas pelos detentos da unidade, além de, criar espaços de socialização e possibilidades de convívio social aos internos. As ações são sempre pautadas em posturas éticas e comprometidas com o desenvolvimento da cidadania como direito de todos.

Segundo Sousa (2015), a atuação do Assistente social no sistema prisional,

Desenvolve-se através da capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de preservar efetivar direitos a partir da demanda apresentada, que nesse caso são demandas diversificadas que abrangem tanto questões ligadas à esfera de valores, comportamentos, cultivo de vínculos familiares, dentre tantos outros (SOUSA, 2015, p. 41).

Os usuários do Serviço Social são os mesmos da instituição, ou seja, são homens em cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto, ou detentos em regime provisório, com idade média entre 18 a 50 anos, sem qualificação profissional e baixa escolaridade, além de vínculos familiares frágeis, ou até mesmo rompidos.

O Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis atua com o objetivo principal de proporcionar a resolução das demandas apresentadas por seus usuários a partir de atendimentos (entrevista) aos detentos, sendo esses de forma direta, que são caracterizados como os atendimentos pessoais e individuais, ou de forma indireta, que são realizados através de respostas de memorandos.

Devido à grande quantidade de detentos na unidade e pelo número escasso de profissionais em Serviço Social para atender os detentos, há a necessidade que os detentos informem as demandas por meio de memorandos, visando acelerar a resolução das questões, tendo em vista que, o atendimento individual se dá de forma reduzida, por depender de regras do Setor de Segurança (SOUSA, 2015).

Uma das principais atividades desenvolvidas pela Assistente social da Penitenciária Estadual de Florianópolis e suas estagiárias é a leitura e a resposta

dos memorandos encaminhados pelos detentos ao Setor Social. Salientando que, o memorando, é o meio mais utilizado para a comunicação dos detentos com diversos setores da unidade.

O Setor Social recebe em média 500 (quinhentos) memorandos por mês. Após a leitura e encaminhamentos realizados, enviamos uma resposta ao detento por escrito através de um Comunicado Interno (CI), todos os encaminhamentos e contatos efetuados são anotados no prontuário social de cada detento e ficam armazenados no arquivo do Setor Social, para eventuais consultas e registros da assistente social e estagiárias(SOUSA, 2015, p. 42).

Podemos considerar o memorando, um dos principais instrumentos de trabalho indiretos, utilizados pelo assistente social nessa instituição. De acordo com Sousa, os instrumentos de trabalho indireto, ou por escrito, são de suma importância na prática profissional dos Assistentes Sociais, pois, através dos mesmos, é possível sistematizar a prática, tornando possível assim, a ação mais completa e visibilizada (SOUSA, 2008).

As demandas encaminhadas pelos detentos por memorandos são as mais variadas, dentre elas podemos destacar: o envio de material de higiene e material para escreverem cartas aos familiares; telefonemas para família; informações sobre auxílio reclusão; esclarecer dúvidas sobre registros de filhos e reconhecimento de paternidade; pedidos para a confecção de documentos; solicitações para trabalhar ou estudar; solicitações para atendimento médico, odontológico; entre outros.

Além do atendimento via memorando, também são realizados, porém com menos frequência, os atendimentos individuais. Estes ocorrem em sala específica na instituição, garantindo, dessa forma, o sigilo profissional. O atendimento individual acaba sendo realizado com menor frequência devido ao número escasso de profissionais para o grande número de usuários, além de regras de segurança que dificultam a realização desse tipo de atendimento.

E apesar de ser um profissional liberal, como afirma Iamamoto (2001), o assistente social não depende apenas de si para colocar em ação seu projeto profissional. Na prática, o profissional depende das condições reais de seus usuários, da sociedade e dos agentes penitenciários, ou seja, da realidade do sistema penitenciário e social, das políticas que envolvem o sistema prisional. É importante salientar que o profissional não age sozinho, tão pouco somente a partir de suas vontades, mas submetido a uma hierarquia que, às vezes, tende a limitar a autonomia profissional. Neste processo o profissional se configura enquanto:

um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2001, p. 69).

O trabalho do profissional de Serviço Social dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis se norteia nas legislações que regulamentam a profissão nesses espaços, mas sem esquecer-se do próprio Código de Ética da profissão, este que determina seus direitos e também seus deveres como profissionais.

4.3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal análise desta pesquisa refere-se aos trabalhos cuja temática engloba o exercício profissional dentro da Penitenciária de Florianópolis. A análise será de caráter qualitativo, visando identificar e discutir os trabalhos, possuindo como eixo, as três dimensões já mencionadas no capítulo 3: teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa (LEWGOY, 2010). No que se refere a essas três dimensões Lewgoy afirma que:

A dimensão ético-política atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional é elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e o sentido atribuído aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. Vincula-se a dimensão teórico-metodológica, que articula teoria-método e metodologia e privilegia a história social como terreno germinador das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas. Ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que, caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância que permite a realização da trajetória da concepção da ação a sua operacionalização (LEWGOY, 2010, 149-150).

Nesse sentido, analisaremos os autores mais citados nos textos pensando na dimensão teórico-metodológica, procurando a correspondência dos conteúdos trabalhados nos TCCs nos princípios do Código de Ética do assistente social, pensando na dimensão ético-política, e por fim, quais os instrumentos e técnicas do assistente social apresentados durante a produção, enfatizando então a dimensão técnico-operativa.

Conforme dito na seção 4.1 para essa análise e discussão centramos nosso olhar investigativo para os seis TCCs que abordam a temática do exercício profissional (Quadro 2).

4.3.1 A dimensão teórico-metodológica na produção acadêmica

Essa dimensão refere-se às questões teóricas pertinentes à profissão, perpassando seus fundamentos teóricos, históricos e metodológicos, além de também abordar discussões críticas relacionadas à sociedade e principalmente o objeto de intervenção do serviço social que é a questão social e suas expressões. A dimensão teórico-metodológica está vinculada a apreensão de conhecimentos, a fim de compreender a realidade para assim, intervir de maneira eficaz, de acordo com as necessidades, de forma ética, crítica e com os métodos adequados. Essa dimensão caracteriza o conhecer e o saber, são os conhecimentos teóricos que permitem propor a intervenção, a partir das demandas que chegam ao Serviço Social.

Nessa linha, os trabalhos analisados possuem discussões acerca do sistema prisional e a atuação de assistentes sociais nessa realidade. No que se refere às discussões teóricas presentes nas produções analisadas, no âmbito do Serviço Social se destacam as discussões presentes no quadro abaixo.

Quadro 3 – Principais discussões teóricas presentes

| Discussões teóricas presentes nos TCCS |
|--|
| Fundamentos Históricos da Profissão |
| Questão social |
| Fundamentos Teóricos da Profissão |
| Instrumentalidade do Serviço Social |
| Atuação profissional |

Fonte: Autora, 2020.

A produção de conhecimento é realizada através da pesquisa e investigação, e no que se refere a dimensão teórico-metodológica, a pesquisa é feita através do conhecimento indireto. Guerra (2009) explana que,

O conhecimento indireto é aquele obtido na bibliografia, nas pesquisas já existentes sobre o objeto. Este conhecimento é uma mediação que se interpõe entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. Ele é testado: validado ou não na realidade. Daí que a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra (GUERRA, 2009, p.14).

Após a leitura dos trabalhos se pode identificar os principais autores que serviram de base para referenciar as discussões teóricas dos TCCS. Portanto, a partir das referências bibliográficas apresentadas nos TCCS, os autores do Serviço Social que se destacam serão apresentados no quadro abaixo.

Quadro4 – Principais autores do Serviço Social

| Principais autores citados nos TCCS |
|-------------------------------------|
| GUERRA, Yolanda |
| IAMAMOTO, Marilda V. |
| LEWGOY, Alzira Maria Baptista |
| MARTINELLI, Maria I. |
| PEREIRA, Potyara |
| SANTOS, Cláudia Monica dos |
| SOUSA, Charles Toniolo de |
| YAZBEK, Maria Carmelita |

Fonte:Autora, 2020.

Assim como identificar os principais autores, foi possível também, através da leitura dos trabalhos, identificar as principais discussões em que esses autores serviram como referência, baseando teoricamente as discussões apresentadas nos trabalhos. Em relação aos autores citados no quadro acima, as discussões referenciadas por cada um deles em cada trabalho se assemelhava, mesmo que, uma mesma pessoa possa discutir diversos temas dentro da profissão.

No quadro abaixo, apresentam-se de forma resumida os autores relacionados aos principais temas discutidos dentro dos TCCs, para que, discorramos sobre isso.

Quadro 5 – Autores de acordo com abordagem de discussão

| | |
|---|--|
| Fundamentos Teóricos, Históricos e Metodológicos | Maria Lúcia Martinelli Potyara Amazoneida Pereira Marilda lamamoto Maria Carmelita Yazbek |
| Exercício e atuação profissional | Cláudia Mônica dos Santos Marilda lamamoto |
| Instrumentalidade | Charles Toniolo Sousa Yolanda Guerra Alzira Maria Baptista Lewgoy |

Fonte:Autora, 2020.

De acordo com o exposto no quadro acima, nas produções acadêmicas analisadas podem-se identificar os temas abordados de acordo com os autores utilizados para ancorar essas discussões. Entre todos os nomes citados no quadro, conseguiu-se perceber a maior incidência na utilização das obras de Marilda Vilela

lamamoto. Os textos da autora são utilizados em diversas discussões, contribuindo na compreensão da profissão no seu sentido histórico e o que norteia a atuação profissional.

As discussões em que há referência à autora se relacionam com os fundamentos históricos da profissão, o trabalho do assistente social e também, a formação profissional. Além desses assuntos, destaca-se entre os trabalhos a utilização de escritos de lamamoto para compreender assuntos relacionados ao crescimento da pobreza e aumento da questão social.

O Serviço Social tem na questão social, o seu objeto de intervenção, ou seja, é nela e em suas expressões onde o assistente social atua. As discussões nos trabalhos se baseiam nesse sentido, a prisão, o delito, os presos e suas condições objetivas como expressão da questão social e a intervenção do profissional nesta realidade.

Outros autores também são referenciados no que diz respeito ao histórico da profissão e a atuação do assistente social. Maria Lúcia Martinelli como um desses nomes, é colocada como referência no que diz respeito a quem é o assistente social e como se dá sua atuação, para compreensão como o profissional trabalha no contexto prisional.

Seguindo a linha sobre o histórico da profissão, podemos encontrar nos TCCs o nome de Potyara Amazoneida Pereira, que é referenciada para apreensão da trajetória histórica da profissão. A mesma autora também pode ser identificada nas discussões sobre a importância da pesquisa no Campo do Serviço Social, discussão essa que compreende o objetivo deste trabalho, afinal, através da pesquisa, desenvolve-se o conhecimento.

Maria Carmelita Yazbek, que também é uma conceituada autora, também é referência para esses trabalhos a discussão sobre os fundamentos históricos da profissão. Nesse sentido, onde a autora é citada nestes trabalhos, apresentam-se questões mais contemporâneas que remetem às duas últimas décadas, onde foram elaborados programas sociais a fim de enfrentar a questão social e suas expressões. A autora também é chave para discussões que envolvem a atuação profissional.

Entre a lista de autores identificados podemos destacar diversos que são referenciados nos trabalhos nas discussões voltadas a instrumentalidade do Serviço Social. Yolanda Guerra como um desses nomes, se faz presente no que se refere à

conceituação da instrumentalidade da profissão que é compreendida, segundo a autora,

[...] como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos (profissionais e sociais) constitui-se numa condição direta de reconhecimento social da profissão (GUERRA, 2000, p.1).

Sendo assim, quando se fala de instrumentalidade, se remete aos meios utilizados pelo assistente social para enfrentamento das demandas apresentadas a ele e assim, atingir seus objetivos.

Nesta mesma linha, Charles Toniolo de Sousa é um nome interessante e também apresentado nessas produções como referência a dimensão técnico-operativa e instrumentalidade, enriquecendo a produção com a temática das dimensões do Serviço Social, afim de, relacionar o conhecimento, a instrumentalidade e a intervenção, ou seja, o saber fazer e como fazer da atuação profissional. No mesmo sentido de Sousa, outra autora que é referenciada nesses trabalhos é Claudia Mônica dos Santos, que é apresentada na discussão da relação entre a teoria e prática.

E por fim a autora Alzira M. B. Lewgoy tem como discussão também a dimensão da prática do serviço social, relacionado à instrumentalidade. É apresentada como referência, onde o objeto em discussão era a entrevista no processo de trabalho do assistente social.

4.3.2 A dimensão ético-política na produção acadêmica

Essa dimensão compreende os aspectos que contribuem para que a atuação do assistente social siga um padrão ético, pautados em princípios que visam primordialmente à garantia de direitos. No que diz respeito à dimensão ético-política, analisaremos a produção acadêmica de acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social, este que:

É um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto (BARROCO; TERRA, 2012, p. 35).

A partir dos princípios fundamentais inseridos no Código de Ética é que se norteia a atuação e o projeto ético político da profissão. São estes princípios dentro da atuação profissional que fazem o Serviço Social ser o que é como profissão, ou seja, identificam a profissão e seus objetivos primordiais em suas ações. São 11 os princípios, sendo eles:

Quadro6 – Princípios Fundamentais Código de Ética

| |
|--|
| 1º Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais |
| 2º Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo |
| 3º Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras |
| 4º Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida |
| 5º Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática |
| 6º Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças |
| 7º Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual |
| 8º Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero |
| 9º Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; |
| 10º Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional |
| 11º Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física |

Fonte: CFESS (1993, p.23-24).

Analisando os TCCs já mencionados anteriormente, podemos perceber a presença destes princípios dentro das discussões apresentadas, estas que contextualizam a realidade do sistema prisional e atuação do assistente social neste meio. Neste sentido, serão explanados os princípios encontrados, em que contexto na produção eles estão inseridos, além de uma breve discussão acerca desse assunto.

Iniciaremos com o primeiro princípio, *Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*, este que é extremamente relevante para a profissão, pois visa a emancipação dos indivíduos contribuindo para o encontro do/a usuário/a com seus direitos.

No contexto das produções analisadas que abrange a realidade do sistema prisional, podemos ver claramente no TCC “A importância do direito à informação no contexto da Penitenciária Estadual de Florianópolis” (VAZ, UNIASSELVI, 2014), que trata sobre o acesso à informação como instrumento auxiliador na garantia de direitos.

Pode-se perceber na sociedade em geral, que muitos perdem aquilo que é de direito por não conhecerem esses direitos. Isso não é diferente quando se trata do sistema prisional, cabe ao assistente social, auxiliar dando o acesso a essas informações para que os seus usuários (preso e família) possam ir em direção aos seus direitos. Nesse mesmo sentido afirma Vaz,

Sabe-se que uma das lutas do Serviço Social é a garantia de direitos do indivíduo, porém mesmo fora dos muros, muitos cidadãos não possuem acesso a informação sobre seus direitos e onde buscá-los. Da mesma maneira ocorre dentro do cárcere, onde mesmo privado de liberdade o detento possui seus direitos e precisa ter acesso à informação (VAZ, 2014, p. 61).

O segundo princípio identificado nas discussões é “*Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo*”, este crucial para efetivação de direitos que não conseguem ser efetivados em um ambiente de arbitrariedade e autoritarismo. Entretanto, os/as usuários/as e os/as profissionais inseridos no contexto do sistema prisional, convivem diretamente com esse tipo de questão.

Grande parte dos trabalhos analisados reflete em suas discussões acerca da atuação profissional sobre esse assunto. O sistema prisional é conflituoso em sua essência, onde se prega a “reeducação” do preso, mas em sua realidade não é o que ocorre. O controle exercido pela prisão muitas vezes se excede, privando muitas vezes o preso de seus direitos garantidos por lei, em nome da ordem e da disciplina. O que diz respeito a isso, Kincheski (2020) afirma que:

Assim cabe salientar que o trabalho no sistema prisional deve priorizar primeiramente por assegurar ao condenado todos os direitos que a pena não lhe suprimiu, garantindo-lhe ainda acesso aos bens e serviços necessários para que cumpra sua pena com dignidade, neste tempo sejam capazes de aprender e evoluir, se instrumentalize e se fortaleça (KINCHESKI, 2020, p. 31).

Entre os princípios encontrados, podemos citar “*Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia*

dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”, este que se identificou no trabalho sobre “O Serviço Social e ações socioeducativas para prevenção de doenças negligenciadas” (KURCESKI, UNIASSELVI, 2018). Este TCC trata sobre a questão da escabiose (sarna), dentro do sistema prisional e ações socioeducativas promovidas pelo assistente social, voltadas aos presos e família, a fim de que,

(...) construam e efetivem junto aos trabalhadores e usuários da saúde, espaços que garantam a participação popular diante das informações não apenas em forma de atendimento, mas que possam adotar ciência a respeito dos demais subsídios e processos que facilitem o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas unidades de saúde e os direitos sociais em geral (KURCESKI, 2018, p.74).

Outro princípio que se destaca nos TCCs analisados é, *“Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”*. No sentido deste princípio, identificou-se diretamente o trabalho com título “Benefício Previdenciário – auxílio reclusão” (BORBA, UNIASSELVI, 2016), que trata de um direito ao detento que foi contribuinte da Previdência Social, esta que faz parte da tríplice da Seguridade Social instituída na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

É papel do assistente social da instituição, auxiliar o preso e a família com informações e também contribuindo com a documentação necessária para solicitação do benefício. No que diz respeito ao auxílio reclusão, Borba afirma que ele “não pode ser tratado como assistência, mas sim como um direito” (BORBA, 2016, p.53).

No que tange ao princípio, *“Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”*, conseguiu-se perceber no trabalho “O perfil do sentenciado da Penitenciária Estadual de Florianópolis” (PEREIRA, UFSC, 2003), uma preocupação no sentido de que a partir da pesquisa realizada, a realidade da atuação do Serviço Social ganhasse novos rumos. Há no trabalho uma seção exclusiva com sugestões para intervenção, cujo objetivo segundo Pereira (2003), é que o trabalho

(...) incentive uma reflexão, colaborando, assim, para o desenvolvimento de uma prática do Serviço Social que ultrapasse o imediatismo, e que se comprometa com os interesses dos sentenciados, de acordo com os direitos que textos legais como a LEP (1984), garante. (PEREIRA, 2003, p. 75)

Por fim, entre os princípios identificados temos “*Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física*”. Há a consciência de que o sistema prisional em si, por conta de seu objetivo dentro da sociedade, faça com que as pessoas inseridas nesse meio sofram discriminação, pois são taxadas não como pessoas, mas sim pelo crime que cometeram.

No contexto profissional, “a objetivação ética do compromisso com os usuários supõe uma postura responsável e respeitosa em relação às suas escolhas, mesmo que elas expressem valores diversos dos valores pessoais do profissional” (BARROCO; TERRA, 2012, p.87). Até mesmo quando o usuário comete algo que fira os princípios da ética profissional, não se pode negar atendimento. “(...) pois todos os sujeitos têm direito aos serviços sociais oferecidos pelas instituições” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 88).

Nesse sentido, o trabalho sobre a “A entrevista inicial no processo de trabalho do assistente social na Penitenciária Estadual de Florianópolis” (SOUSA, UFSC, 2014), que trata de forma central a entrevista inicial, engloba esse princípio dentro da atuação profissional. O assistente social deve ver o usuário como um indivíduo que possui direitos, independente do que o fez estar em uma prisão. Essa visão é necessária para que haja qualidade nos serviços prestados para o usuário. Segundo Sousa,

É importante ressaltar que para uma escuta qualificada deve-se ter uma perspectiva crítica do fenômeno da criminalidade, para que os profissionais do Serviço Social não se afastem do real entendimento dos processos históricos de criminalização em que estão inseridos os sujeitos atendidos (SOUSA, 2015, p.54).

Finalizando esta seção, é preciso deixar claro que embora não tenhamos citado todos os princípios, não significa que o restante dos TCCs não englobem os demais princípios, pelo contrário, estão presentes sim, e um exemplo é o “*Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*”, presente no trabalho relacionado aos travestis e transexuais presos na Penitenciária. Lembrando que análise qualitativa foi realizada com uma amostra de 6 trabalhos, dos 21 que compõem nossa pesquisa em um todo.

4.3.3 A dimensão técnico-operativa na produção acadêmica

Essa dimensão refere-se ao modo em que profissional operacionaliza seu exercício. Dentro dessa dimensão se encontram os instrumentos que serão utilizados pelo assistente social em sua atuação, visando através desse instrumental técnico, que sua ação seja eficiente.

De acordo com Sousa, “O instrumental é o resultado da capacidade criativa e da compreensão da realidade social, para que alguma intervenção possa ser realizada com o mínimo de eficácia, responsabilidade e competência profissional” (SOUSA, 2008, p.131).

Também é de suma importância compreender que o “como fazer” não deve sobressair o “por que fazer”. É relevante para que atuação não se torne mera reprodução, que não sejam ações automáticas, sem se ater que cada realidade é individual e que os objetivos da ação sejam a prioridade nesse sentido. Em resumo, o objetivo da ação é o que deve nortear o instrumental e a ação do profissional.

Ao analisar esse acervo de trabalhos podemos observar dois principais eixos de instrumentalidade presentes nas discussões, esses que são utilizados pelo assistente social na Penitenciária de Florianópolis. Esses instrumentos entram nas categorias de instrumentos de comunicação direta ou face a face e também indireta ou por escrito (SOUSA, 2008).

Entre objetos diretos e indiretos foram identificados ao todo cinco instrumentos de trabalho do assistente social dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis, sendo eles: 1) entrevista Inicial, 2) atendimento individual (pessoal), 3) atendimento à família, 4) memorando e 5) *folders* informativos. Nessa seção apresentaremos cada um deles, a fim de gerar a compreensão da importância de cada um no trabalho do assistente social na busca da efetivação de direitos de seus usuários.

A **entrevista inicial** é um instrumento de trabalho do assistente social dentro do sistema prisional, que como o nome já evidencia, é realizada na chegada do preso a instituição, a fim de ter uma primeira aproximação com o usuário, conhecê-lo e obter informações necessárias para trabalhar a partir das necessidades reais do preso. Nesse contexto, Santos e Noronha afirmam que

O momento da entrevista deve oportunizar à população uma reflexão sobre sua inserção na sociedade. Já o assistente social, ao se aproximar da realidade vivida da população, tem melhores condições de compreender as demandas colocadas, possibilitando, assim uma resposta profissional condizente com as reais necessidades da população (SANTOS; NORONHA, 2011, p. 51).

Esse instrumento apresentado nos trabalhos é aquele que inicialmente identifica o usuário, sua história, a realidade de onde ele vem, as suas necessidades e anseios, para uma possível intervenção. É de grade relevância que o profissional, também expresse suas opiniões e pareceres sobre as situações mediante os conhecimentos já adquiridos, o que ressalta a necessidade de obter um forte conhecimento da teoria, para que a entrevista seja planejada e guiada, de forma que, atinja seus objetivos determinados (SOUSA, 2008).

A entrevista acende o caráter investigativo da profissão, este que, é primordial para compreender a realidade em que se realiza o exercício profissional, das relações de vida dos/as usuários/as (GUERRA, 2009). A entrevista nesse sentido é considerada uma pesquisa que possibilita conhecer o usuário, sua realidade e suas principais demandas.

Nesse sentido Guerra afirma que,

Para atender as competências profissionais, ressaltam-se as possibilidades da pesquisa, tendo em vista, de um lado, a apreensão das reais condições de trabalho dos assistentes sociais como elemento fundamental para o exercício profissional qualificado, visando alcançar os objetivos e metas pretendidos, e, de outro, a apropriação dos objetos de intervenção – as diversas sequelas que a exploração da força de trabalho no capitalismo causa na vida da classe trabalhadora –, suas condições de vida e formas de enfrentamento (GUERRA, 2009, p. 3).

A importância da entrevista inicial deve ser sempre enfatizada na medida em que essa primeira aproximação do profissional com o usuário na Penitenciária, logo após sua entrada na instituição, contribui para a qualidade e desenvolvimento da ação profissional.

O **atendimento individual** é semelhante à entrevista, no que diz respeito ao modelo face a face, entretanto, se difere no que diz respeito ao objetivo. No atendimento individual, o objetivo principal não é conhecer o usuário, mas sim, ouvi-lo e buscar alternativas para resolução das demandas apresentadas por eles.

É uma espécie de conversa onde os questionamentos do/a entrevistador/a e/ou assistente social se dão a partir das informações fornecidas pelo usuário. Sousa, afirma que esse momento “é um espaço que o usuário pode exprimir suas

ideias, vontades, necessidades, ou seja, que ele possa ser ouvido (em tempo: ser ouvido não é concordar com tudo o que usuário diz)” (SOUSA, 2008, p. 127).

É importante estabelecer essa relação de escuta, pois, garantindo esse direito de ser ouvido, além de respeitar o usuário, facilitamos a compreensão da realidade, a fim de, construir um conhecimento sólido sobre as questões apresentadas, facilitando a intervenção (SOUSA, 2008).

O atendimento individual é uma espécie de entrevista informal, onde o profissional tem uma conversa com o usuário e identifica os pontos necessários para intervenção. É realizado em uma sala específica para atendimento garantindo assim, o sigilo profissional garantido pelo Código de Ética Profissional. As demandas são variadas, e há a necessidade da escuta qualificada para melhor compreensão das demandas para passar as informações para o usuário de forma correta e que deste atendimento se resulte a solução das demandas apresentadas (SOUSA, 2015).

Além dos presos, a família também é considerada usuária do Serviço Social dentro da Penitenciária. O principal instrumento utilizado com essa gama de usuários é o atendimento telefônico ou pessoalmente em dia de visita no balcão do setor social. As demandas atendidas são basicamente o fornecimento de informações que vão desde a confecção da carteira de visitante, sobre dia de visita, sobre registro de filhos, marcação de consultas médicas particulares e escoltas, além de informações sobre o auxílio reclusão e repassar recados aos familiares presos. No que diz respeito a relevância desses atendimentos, Sousa (2015) afirma que:

Esses atendimentos são vistos como de fundamental importância para o trabalho do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, pois através dessas informações as famílias dos detentos (que muitas vezes já tentaram obter informações em outros setores da instituição, sem sucesso) conseguem dar os encaminhamentos necessários para suas demandas, além de obterem informações referentes aos direitos dos detentos e das próprias famílias (SOUSA, 2015, p. 42).

Cabe ao assistente social estar sempre atento a todas as regras, direitos, deveres e todos os procedimentos da instituição para auxiliar a família e em consequência o preso, ambos seus usuários, na resolução das demandas.

Apresentamos os instrumentos de comunicação direta, e agora entraremos nos instrumentos indiretos. Começando pelo **memorando**, este que é o principal instrumento de trabalho do assistente social para contato com os presos. Sobre o memorando, Kincheski (2020) afirma que ele,

Se trata de uma comunicação interna que veicula entre as unidades administrativas de empresas e órgãos públicos, neste formato o memorando propõe como benefício. Dentro do sistema penitenciário, ele atua com intuito de proporcionar melhor atendimento e evitando acúmulo de documentações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso da falta de espaço, em folha de continuação, ainda tem como objetivo servir de comunicação interna com gêneros textuais da gramática simples, em forma de relatório e de fácil leitura (KINCHESKI, 2020, p. 43).

O memorando é o principal instrumento utilizado pelo profissional, é o mais prático meio de atendimento aos presos da Penitenciária devido à facilidade que ele dispõe. Há a impossibilidade de atender com atendimento individual a todos os presos da unidade todos os dias, ou até semanalmente, pois há uma demanda de cerca de 1500 presos para apenas duas profissionais que realizam outras ações além dos atendimentos individuais, como já citado anteriormente.

Este instrumento é uma espécie de solução ao problema da falta de profissionais de acordo com o número de usuários presentes na instituição. Ele serve para que o preso sistematize suas demandas que seriam feitas no atendimento, e escrevam nesta comunicação interna. Ao terem contato com os memorandos, o profissional deve fazer uma leitura atenta, identificando os principais pedidos que o preso solicitou.

Os pedidos são variados e as demandas mais frequentes são: ligações a família, informações sobre auxílio reclusão, pedidos de confecção de documento de identidade, solicitação para trabalho, estudo, além de, pedidos de kits para confecção de cartas e também *kit* higiene (SOUSA, 2015).

Após a leitura, identificação de demandas e uma busca por soluções a elas, é enviado ao preso a resposta em uma Comunicação Interna (CI), apresentando os encaminhamentos e esclarecendo dúvidas. Todos esses encaminhamentos são registrados e anexados ao prontuário social do preso, para futuras consultas a esses registros (SOUSA, 2015)

Nesse sentido, o memorando é considerado um instrumento de comunicação indireta, pois além da função que possui diretamente com o preso, ele também possui caráter documental, sendo fundamental para prática profissional. Contextualizando esse papel, Sousa (2008) afirma que por meio dos instrumentos indiretos,

se torna possível ao Assistente social sistematizar a prática. Todo processo de registro e avaliação de qualquer ação é um conhecimento prático que se produz, e que não se perde, garantindo visibilidade e importância à

atividade desenvolvida. E mais: sistematizar a prática e arquivá-la é dar uma história ao Serviço Social, uma história ao(s) usuário(s) atendido(s), uma história da inserção profissional do Assistente social dentro da instituição – é essencial para qualquer proposta de construção de um conhecimento sobre a realidade social (SOUSA, 2008, p. 129).

Nessa mesma linha de raciocínio, Marcosin (2010, p. 69) afirma que “sendo um instrumental técnico, a documentação também terá a direção política que for dada a ação social”. Deve-se enxergar a documentação sendo além de processos burocráticos e formulários a serem preenchidos, mas se deve identificá-la como um instrumento que é fonte de informação e também de conhecimento, para compreender a realidade, o usuário e para a própria profissão.

Como último instrumento do Serviço Social na Penitenciária pode-se identificar os folders informativos aos presos. Esse instrumento é resultado de um projeto de intervenção realizado por uma das estagiárias que já passaram pela instituição. Devido a demanda muito grande de memorandos e solicitações de atendimentos individuais, buscou-se compreender as demandas e as solicitações dos presos (VAZ, 2010).

Após a conclusão da pesquisa, observou-se que as demandas eram em sua maioria informações básicas e algumas que não estavam na alçada do Serviço Social para solucioná-las. Tendo em vista a otimização do tempo, foi criado um folder com informações básicas sobre o setor social e a Penitenciária a fim de esclarecer dúvidas e otimizar o trabalho do assistente social, que poderia se dedicar integralmente a casos que precisariam de mais atenção, aumentando assim, a qualidade dos serviços prestados.

Esse instrumento está diretamente ligado com o direito ao acesso à informação, que segundo Vaz, “independente do indivíduo faz com que o mesmo comece a pensar por si só, sendo capaz de criar uma consciência sobre seus atos enquanto indivíduo e enquanto agente transformador da sociedade.” (VAZ, 2010, p.70)

Por fim, é certo afirmar que proporcionar ao usuário o acesso à informação, os leva mais próximos à garantia de seus direitos e a resolução de suas demandas, além de, os levar em direção a sua emancipação.

Todos esses instrumentos e a dimensão técnico-operativa em si, são as formas que o trabalho do Serviço Social é visto, é como a profissão chega diretamente ao usuário. Por isso, é preciso exercer a prática profissional,

conhecendo a realidade em que está inserido e possuindo elementos teóricos que baseiem essa atuação, e também, que essa ação seja pautada nos princípios éticos da profissão, para que os objetivos e a identidade profissional não sejam perdidos.

4.4 DISCUSSÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao fim deste capítulo, retornaremos aos princípios presentes no Código de Ética Profissional, mais precisamente o sétimo princípio que é o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p.27).

Em um resumo, podemos afirmar que esse princípio norteia o objeto de estudo deste trabalho, a relação teórica/prática e a forma que são indissociáveis. Como a produção de conhecimento enriquece e qualifica a ação da prática e como a prática enriquece a produção de conhecimento.

O Serviço Social possui um projeto ético-político bem fundamentado e definido, este que “está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.5). Esse projeto vincula-se aos valores que pautam a profissão, sua função na sociedade, conhecimentos teóricos e técnicos, e tudo que acoplado formam a imagem do que a profissão deve ser. Teixeira e Braz (2009) identificam os elementos constitutivos do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico, são eles:

O primeiro diz respeito à explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo diz respeito à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – o da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria e ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ 2009, p. 7-8).

Dentro destes elementos há os componentes que os tornam visíveis, dentre esses componentes está a produção de conhecimento do Serviço Social. É através da produção de conhecimento que podemos ter acesso as reflexões do fazer profissional e a sistematização da prática. Neste componente há uma dimensão investigativa vinculada com teorias críticas que geram um novo conhecimento (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

No que se refere ao projeto ético-político e a formação profissional, a construção deste projeto marcado pelo crescimento da pesquisa e da produção teórica da profissão, gerando assim, diversos avanços para a formação profissional através das mudanças curriculares. Todos esses aspectos fizeram com que o mercado de trabalho recebesse da academia, profissionais qualificados, críticos e de acordo com a prática de acordo com o projeto ético-político da profissão (BARROCO;TERRA, 2010).

Porém, ao mesmo tempo em que essa gama de profissionais adentram o mercado de trabalho, há outra grande questão que vem se desenvolvendo no âmbito da formação profissional. Essa questão caminha no lado oposto a essa visão de formação profissional, enfraquecendo-a com a criação de outras modalidades de curso de Serviço Social.

Esses cursos pertencentes a instituições privadas e na sua maioria na modalidade de ensino à distância, são realizados sem a preocupação com a pesquisa, com a produção de conhecimento e também com a reflexão crítica. Isso acontece devido ao fato de o interesse dessas instituições, como particulares que são, ser o lucro. No que diz respeito a isso, podemos perceber a educação como mercadoria, o que por sua vez reduz a qualidade do ensino. Nesse sentido, Barroco e Terra afirmam que:

É evidente que uma formação nessas condições fragiliza as potencialidades dos futuros assistentes sociais, que tendem a ingressar no mercado de trabalho de forma subalterna, sem apreender e desenvolver as possibilidades de uma prática mais enriquecedora, do ponto de vista dos valores e finalidades do Código de Ética (BARROCO; TERRA, 2012, p. 99).

Quando analisamos os TCCs qualitativamente em vista das três dimensões da profissão buscou-se manter uma neutralidade, a fim de que os resultados da análise não fossem manipulados e nem houvesse um julgamento de valor. Muito embora todos os TCCs analisados, tanto os oriundos do ensino público (UFSC) quanto os de ensino privado a distância (UNIASSELVI), tenham se enquadrado nas três dimensões que foram abordadas nesta análise, não houve como não perceber diversas diferenças entre eles.

Primeiro ponto que foi possível observar veio antes da análise qualitativa, quando excluímos dois trabalhos que não se encaixavam no formato de monografia, mas sim como relatório final de estágio. Através disso, pode-se perceber a falta de

preocupação com a produção de conhecimento, não oportunizando ao estudante e futuro profissional, esse espaço de sistematização dos conhecimentos e experiências adquiridas na graduação, que tem como resultado uma nova produção de conhecimento.

Outro ponto relevante diz respeito ao conteúdo referente à profissão, que embora de acordo com a análise realizada, tenha sido possível perceber nos trabalhos produzidos por estudantes de faculdades privadas a distância a presença de autores clássicos do Serviço Social, ela é consideravelmente menor do que nos trabalhos oriundos de faculdade pública.

No que diz respeito ao conteúdo, todos os TCCs apresentaram temas relevantes a profissão e ao campo de atuação, que é a Penitenciária, porém, quando analisamos as discussões é possível perceber que algumas delas se tornam rasas pois muitas se concentram nas leis, normativas, resoluções a respeito da prisão e acaba-se deixando de lado a discussão no âmbito da profissão. Houve a falta das discussões que falem diretamente da profissão, baseada em autores do Serviço Social, em produções que tem como objetivo falar da atuação profissional.

Por fim, sabemos existem elementos obrigatórios na construção e estruturação de um TCC é necessária uma discussão teórico-conceitual, sócio-histórica e normativa além dos resultados da pesquisa. Entretanto, na análise dos TCCs das instituições privadas, ficou visível uma estrutura pronta, previamente padronizada, que se repetiu nos trabalhos alterando apenas o objeto de estudo. A estruturação do TCC é algo que se reflete de acordo com as intenções e objetivos da pesquisa e com aquilo que o estudante discute e acorda com seu orientador para que esses objetivos sejam alcançados. O que foi identificado foi uma estrutura padronizada, onde os capítulos já estavam definidos, limitando a discussão e os objetivos ao que a instituição em seu modelo pré-definido já determinou.

Através dessa análise, pode-se elucidar a questão apresentada à cima referente à limitação encontrada nos cursos de modalidade de ensino a distância. A visão da educação como mercadoria evidenciada por essa modalidade de ensino, tem como resultado a priorização da produção de diplomas, não oportunizando a formação adequada de um novo profissional de Serviço Social, deixando evidente tudo isso quando analisamos a sua produção de conhecimento.

Devido a todos esses fatores, vê-se a necessidade de uma produção de conhecimento que fortaleça o projeto ético-político, este que, como visto no capítulo

2, não teve sua gênese juntamente com a profissão, mas sim, é fruto de um grande processo de emancipação com as vertentes conservadoras da profissão.

A permanente formação profissional também é uma necessidade para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. O estágio curricular é uma ferramenta imprescindível para isso. O estágio é “espaço de crítica e autocrítica permanente professores e assistente sociais em seu exercício profissional cotidiano, tendo como mediação o estágio, o aluno a formação e o exercício profissional” (LEWGOY, 2010, p.148).

Há um movimento que demonstra a indissociabilidade da teoria e prática, do exercício e da formação profissional. Esse movimento demonstra a dependência entre essas dimensões para que o projeto ético-político da profissão seja fortalecido e seja reproduzido. Esse movimento citado acima consiste no/a estagiário/a adentrando no campo de estágio, aprendendo a prática do exercício profissional, dividindo experiências e ao mesmo tempo fazendo uma reflexão teórico-analítica crítica do exercício profissional e demandas do campo de estágio, buscando assim respostas fundamentadas a partir do aporte teórico-conceitual e estruturado em bases ético-políticas que atenderão as demandas sociais a partir do entendimento que uma demanda chega de forma singular e é preciso compreendê-la no conjunto das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, entendendo que as respostas mesmo que particularizada devem refletir sua universalidade.

Essas reflexões sistematizadas e juntamente com o referencial teórico trazem uma devolutiva ao assistente social (supervisor/a de estágio), na forma de produção acadêmica esta que contribui para o desenvolvimento profissional dentro do campo de estágio.

Em uma síntese provisória entendemos que a relação direta entre a formação profissional e a produção de conhecimento, que nasce da relação entre a academia e o exercício profissional e da relação teoria/prática, que contribui diretamente para fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar a produção de conhecimento do Serviço Social no contexto do processo formativo, a partir da experiência de estágio no espaço sócio-ocupacional da Penitenciária Estadual de Santa Catarina, nos últimos 20 anos.

Para tal, realizamos inicialmente um percurso teórico-conceitual, sócio-histórico e normativo da questão das prisões, para assim, obter melhor compreensão do ambiente sócio-ocupacional em que estavam inseridos os estudantes/autores das produções analisadas neste trabalho. Após esse resgate sobre o encarceramento e as prisões, foi realizado outro percurso sócio-histórico, mas, nesse momento referente ao Serviço Social, resgatando a trajetória de evolução da profissão até os dias de hoje. Ainda falando da profissão, discutimos sobre as três dimensões da mesma, que são as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, buscando a compreender a importância de cada uma para o exercício profissional, tal como a aplicação das mesmas no processo de formação profissional, refletido na produção de conhecimento. Todas essas discussões auxiliaram e possibilitaram analisar a produção acadêmica, para assim, atingirmos o objetivo da pesquisa.

A análise dos TCCs foi feita inicialmente de forma mais geral, revelando quantos trabalhos foram realizados, os anos em que foram produzidos, se eram oriundos de instituições privadas ou públicas, além de apresentar os temas de cada trabalho. Ao todo foram analisados vinte e um TCCs, entretanto, para a segunda parte da análise realizamos um corte, selecionando seis trabalhos em que o objeto de estudo se voltava ao exercício profissional.

Nessa etapa, cada um dos seis TCCs foi analisado no que diz respeito as três dimensões da profissão. No que se refere a dimensão teórico-metodológica procuramos identificar os principais autores do Serviço Social referenciados ao longo dos trabalhos, juntamente com as discussões em que eram inseridos. Na dimensão ético-política, procuramos relacionar os trabalhos aos princípios fundamentais do Código de Ética da Profissão, com intuito de verificar a presença ou não destes princípios nas produções acadêmicas. E na dimensão técnico-operativa, procuramos identificar os instrumentos do Serviço Social que são objetos de discussão e foram apresentados nesses TCCs.

A partir dessa análise, conseguimos perceber que de forma geral os seis trabalhos analisados nessa etapa, se enquadraram nos quesitos das três dimensões. Conseguimos como um todo, identificar autores clássicos do Serviço Social, conseguimos identificar os princípios do Código de Ética, assim como, o instrumental técnico do Serviço Social presente nas discussões. Entretanto, mesmo com essa percepção geral ainda foi possível notar grandes diferenças entre os TCCs da Universidade Federal de Santa Catarina, com ensino público e presencial e os do Centro Universitário Leonardo da Vinci, com ensino privado e a distância.

Essas notáveis diferenças na estrutura, no conteúdo, nos autores abordados, e por fim, no resultado final da produção acadêmica, são reflexos da deficiência que existe na modalidade de ensino a distância. Essa deficiência se deve pela falta de estrutura para a formação profissional, que podem ser vistas com a impossibilidade da relação entre professor e aluno, a falta das discussões em sala que são primordiais para a compreensão das bases apresentadas durante o processo de graduação, como a questão social, os fundamentos históricos da profissão e até mesmo o projeto ético-político da profissão.

Essas dificuldades são encontradas, pois o objetivo principal de instituições privadas que oferecem essa modalidade de ensino, é produzir novos diplomas e oferecer em grande demanda profissionais para o mercado de trabalho, o que para eles se resulta na produção de lucro. Ou seja, a preocupação é com a quantidade de profissionais formados, independente da qualidade do ensino, pois quanto mais alunos, mais dinheiro eles geram.

Devemos salientar que o Serviço Social como profissão que intervém na questão social tem a necessidade que os profissionais da área sejam bem qualificados. A graduação como ponto inicial da formação profissional deve seguir as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social indicadas pela ABEPSS, diretrizes essas pautadas nos princípios do Código de Ética e no Projeto ético-político da profissão.

Podemos analisar a partir da análise dos TCCs a grande influência da qualidade de ensino oferecida para os estudantes refletida na produção de conhecimento dos mesmos. Também é visto que é de grande relevância que haja uma produção de conhecimento que fortaleça o projeto ético-político da profissão.

Outro ponto de discussão importante e que contribui para o fortalecimento do projeto ético-político é permanente formação profissional em que o estágio tem uma

grande influência. O estágio é um espaço de profunda crítica e aprendizado, tanto para o estudante/estagiário quanto para o assistente social/supervisor, pois neste contexto se encontram as esferas da teoria e prática, a academia e a atuação profissional. O estudante se insere no campo de estágio, onde tem o contato com a prática do exercício profissional, dividindo a experiência adquirida na academia fazendo uma reflexão crítica a partir das demandas identificadas no campo de estágio, sistematizando-a em forma de Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, uma nova produção de conhecimento.

Nesse sentido, essas reflexões feitas e sistematizadas pelos estudantes geram um novo conhecimento que é uma espécie de devolutiva ao profissional do campo sócio-ocupacional, contribuindo dessa forma, com o desenvolvimento e resoluções das demandas da instituição, assim como, para sua permanente formação profissional.

O que podemos afirmar perante a isso, é o quanto é imprescindível a relação teoria e prática e o encontro da academia com o campo do exercício profissional, a fim de que, por meio desse encontro haja a produção de novos conhecimentos que agreguem e fortaleçam o projeto ético-político da profissão e auxiliem na permanente formação profissional de assistentes sociais em exercício, principalmente no campo sócio-ocupacional do sistema prisional, este que, necessita de uma atuação profissional qualificada, crítica e bem posicionada, pra que assim, possa se atingir os principais objetivos dos profissionais atuantes nesse campo.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente social comentado**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

BOLGENHAGEN, Simone. **O Processo de Trabalho e o Serviço Social no Sistema Penal: contradições e alternativas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UFSC, 1999.

BORBA, Eliane. **Benefício Previdenciário – Auxílio Reclusão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UNIASSELVI, 2010.

BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984: **Lei de Execuções Penais**. Presidência da República: DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. (Acesso em: 09/10/2020).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República: DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Acesso em: 09/10/2020).

BRASIL. MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 15/2002. **Diretrizes curriculares para o curso de serviço social**. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940: **Código Penal**. Presidência da República: DF: 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm (Acesso em: 09/10/2020).

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008: **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Presidência da República: Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm (Acesso em: 25/04/2020).

BRISOLA, Elisa. **Estado Penal, criminalização da pobreza**. In: Ser Social, Brasília, v.4, n.30, p. 127-154, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de Assistentes Sociais no Sócio-Jurídico: subsídios para reflexão**. Brasília, DF, 2014.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente social**. Brasília, 1993.

DEAP. **Instrução Normativa 001 de 12 de dezembro de 2019**. Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://www.deap.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao-e-normativos/48--3/file> (Acesso em: 09/10/2020).

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: dezembro de 2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTlkZGJjODQtdmJlMi00OTJhLWFIMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. (Acesso em: 10/04/2020).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2005. Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 18/08/2020

FOUCAULT. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Edna Regina Bragagnolo. **Perdas ou ganhos com a pena privativa de liberdade: eis a questão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

GOFFMAN. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**.

In:CFESS/ ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: CEAD/UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In:

Temporalis/ABEPSS. Ano, 2, n.3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001. (p. 9-32)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KINCHESKI, Adriana Bona. **O papel do Serviço Social no Sistema Penitenciário de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UNIASSELVI, 2020.

KURCESKI, Maitê. **O Serviço Social e as ações sócio educativas para prevenção e cuidados com doenças negligenciadas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UNIASSELVI, 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão em Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MARCOSIN, Cleier. **Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira**. In:FORTI,V; GUERRA, Y; (Orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NETTO, Edmeia Corrêa. **Profissão: Assistente Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. 3ª ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PEREIRA, Rosane. **O perfil dos sentenciados da Penitenciária Estadual de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SANTOS, Andréia dos A. F. **A Inserção dos Grupos Religiosos na Penitenciária Estadual de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013

SANTOS, Claudia Monica dos; NORONHA, Karine. **O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social – uma perspectiva crítica**. In: FORTI, V; GUERRA, Y; (Orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SARMENTO, Helder Boska de. **Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica**. In: Katálysis v.5, n. 2 jul/dez. Florianópolis, 2002.

SOUSA, Caroline de São Leão. **A Entrevista Inicial no Processo de Trabalho do Assistente Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis**. Monografia (Graduação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Curso de Serviço Social, Florianópolis, 2015.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. In: Revista Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: www.eepg.br/emancipacao (parte 3- instrumentalidade do Serviço Social)

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

VAZ, Luanda Servi. **A importância do direito a informação no contexto da Penitenciária Estadual de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UNIASSELVI, 2014.